

# Subir à maior altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e 'arte rupestre' no contexto da Idade do Bronze do Médio/Baixo Mira

Jorge Vilhena \*

Lara Bacelar Alves \*\*

.....

## Resumo:

*A investigação arqueológica no vale do Mira reveste-se de um carácter paradoxal que se prende com questões de visibilidade e invisibilidade do registo na literatura da especialidade. Se, por um lado, despontam naquela paisagem sítios arqueológicos de grande notoriedade, apresenta, por outro lado, importantes lacunas no que respeita à sua contextualização mais ampla com registos coevos. O vale do Mira constituiu-se, de facto, como um "lugar central" para os estudos dedicados à Idade do Bronze peninsular através da escavação isolada de necrópoles emblemáticas como a de Atalaia (Ourique), verdadeiro paradigma para a*

*criação do conceito de Bronze do Sudoeste, na década de 1970. Projectos de investigação mais recentes têm procurado suprimir estas lacunas, por meio de acções de prospecção arqueológica que incidiram sobre uma ampla área da bacia hidrográfica, no concelho de Odemira. Este artigo debruça-se sobre uma zona específica na freguesia de Santa Maria, onde foram identificadas diversas ocorrências em prospecção entre as quais se destacam três sítios que foram objecto de intervenções mais aturadas, designadamente de levantamento topográfico, sucessivas acções de prospecção no povoado de Cerro do Castelo*

\* UNIARQ - Universidade de Lisboa. [jvilhena@fl.ul.pt](mailto:jvilhena@fl.ul.pt)

\*\* Investigadora associada. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço Memória". [Larabacelar@gmail.com](mailto:Larabacelar@gmail.com)

de Vale Feixe, a escavação parcelar da necrópole de Cemitério dos Moiros e o estudo monográfico de um abrigo com gravuras rupestres, a Rocha da Hera. Intenta-se correlacionar, em síntese interpretativa, esses contextos, funerários, arte rupestre e espaços de ocupação quotidiana. A esta alia-se uma visão sobre a praxis do trabalho de campo e a sua relação com construção do Saber em Arqueologia, perspectivada a partir da experiência vivida e vivida da paisagem e das suas gentes.

## Abstract:

Research in the valley of River Mira encloses a paradox which is mostly concerned with questions of visibility/invisibility of the evidence in the archaeological literature. It is true that notable and well-known sites punctuate in the territory, however, it lacks elements for their wider contextualization with contemporary records. The Mira valley became a 'central place' for studies dedicated to the Iberian Bronze Age due to individual site excavations of places like Atalaia (Ourique, Beja) that was elevated as a paradigm in the establishment of the concept of 'Bronze do Sudoeste' in the 1970s. Recent investigation aimed at dealing with these problems by undertaking field surveys in extensive areas of the river basin in the region of Odemira (Beja). This paper draws on the evidence from a specific region, Vale Feixe, where 3 sites were studied in greater detail. Research encompassed successive fieldwalking seasons on Cerro do Castelo, excavation of five burial cists in Cemitério dos Moiros and the study of rock carvings in Rocha da Hera rock shelter. This paper is an attempt of correlating these three contexts – funerary, symbolic graphic representations and daily spaces of human occupation – in an interpretative synthesis. We also aim to offer a perspective on the praxis of fieldwork and its relation with the construction of knowledge in Archaeology, drawing upon the lived and living experience of this landscape that, obviously, incorporates its people.

**Palavras-chave:** Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular; necrópoles; "povoado"; gravuras rupestres.

## 1. Introdução

Na zona serrana a leste de Odemira, distrito de Beja, temos vindo a referenciar uma série de sítios arqueológicos<sup>1</sup> datáveis do 2.º/inícios do 1.º milénio a.n.e (Fig. 1). Nesta vasta região, o reconhecimento dos mais ou menos indelével vestígios do

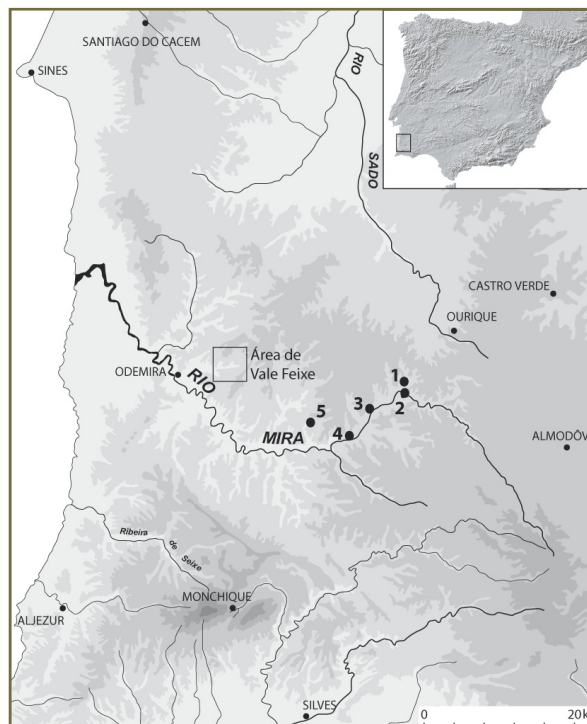


Fig. 1 - Localização da área de estudo e outros sítios referidos no texto:

- 1 – Necrópole de Atalaia (Ourique); 2 – Castelo da Cola (Ourique);
- 3 – Cerro das Alminhas (Odemira); 4 – Cidade da Rocha (Odemira); 5 – Cerro da Bica (Odemira).

Passado beneficiou, sem dúvida, do saber e experiência da paisagem que guardam os pastores, antigos moradores e aqueles que resistem nos escassos 'montes' ainda habitados.

Em 1995, Arménio Oliveira Martins e Jacinto Guerreiro<sup>2</sup> conduziram-nos, em ocasiões distintas, mas ambas em velhinhos e intrépidos "Landes Rover"<sup>3</sup>, a dois cerros muito íngremes, vizinhos, na propriedade de Vale Feixe (freguesia de Santa Maria), onde se dizia existir um Castelo e um Cemitério dos *Moiros*, separados por um profundo córrego (Fig. 2). A tradição local associava os dois sítios de forma muito pragmática: «os *moiros* viviam no Cerro do Castelo e enterravam os mortos nas sepulturas do Cerro do Cemitério»<sup>4</sup>.

Mais tarde, em 1999, na mesma zona, contaram-nos, ainda que com uma estranha relutância, outra história tópica. Por oposição aos altos cerros do Castelo e do Cemitério existia, no fundo do vale sombrio e muito fechado do Barranco da Tamanqueirinha, em lugar quase "secreto", uma pequena cavidade na Rocha da

1 - Iniciámos a investigação de terreno, em 1995, com uma acção de realocização dos sítios arqueológicos do concelho promovida pelo então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, com o apoio logístico da Câmara Municipal de Odemira. Este trabalho, que deveria ter constituído parte de um volume da série Carta Arqueológica de Portugal, foi-nos proposto por Rui Parreira (à época, técnico da Delegação Regional de Évora do IPPAAR) e nele colaboraram, para além dos signatários, Rute Palmeirão e Nuno Oliveira. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia, foi possível desenvolver entre finais de 1998 e 2002, sob direcção de um de nós (J.V.), o projecto de investigação "A Arqueologia do Rio. Proto-história do Médio e Baixo Vale do Mira (Odemira)" no âmbito da 1.ª edição dos Projectos Plurianuais de Investigação Programada, co-financiado pelo então novo organismo e pela CMO e tutelado pela Associação Degebe (Beja).

2 - Jacinto Guerreiro foi o motorista da viatura todo-o-terreno disponibilizada pela Autarquia para apoio aos trabalhos de campo de 1995.

3 - Sobre a eficácia de *Landes Rover* em missões arqueológicas, vide Paço, Ribeiro e Franco, 1965: 100.

4 - Informação oral do Sr. Arménio Martins (Odemira).

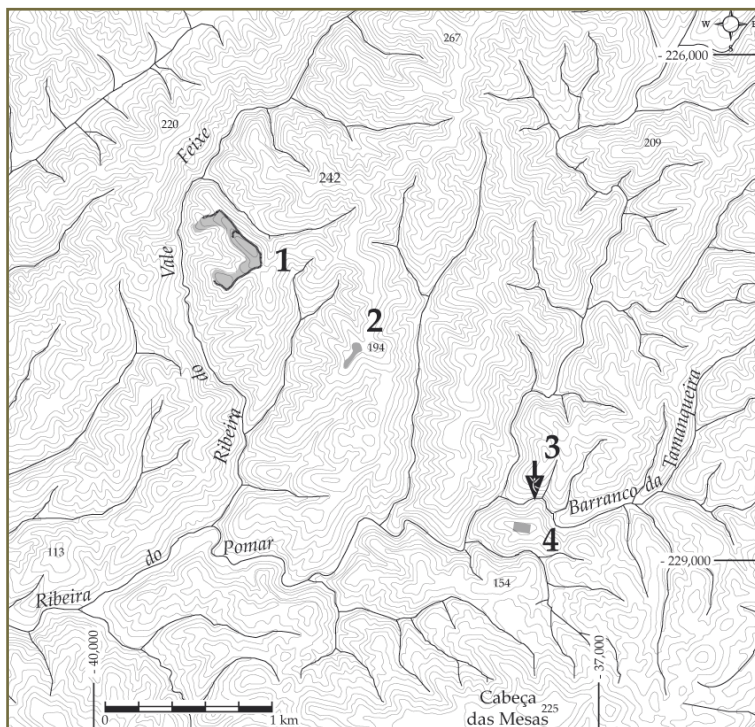


Fig. 2 - Distribuição dos sítios arqueológicos na área de Vale Feixe (Odemira, Beja): 1- Cerro do Castelo; 2 - Cemitério dos Moiros / Necrópole de Vale Feixe; 3 - Rocha da Hera; 4 - Necrópole do Monte das Mesas. Base cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala 1: 25000, folha 553 (1990), modificada.

Hera, onde também “moravam” *moiros*. Os locais conferem-lhe grande importância, correndo a seguinte lenda:

*“la um dia a lavradora do Monte da Tamanqueira a passar pelo barranco e apareceu-lhe uma mulher que lhe disse:*

*- Bom dia, vizinha!*

*- Vizinha? Mas, então, se eu não tenho vizinhos!*

*- Pois fique vossemecê sabendo que moro aqui há muito tempo. Se quiser, pode vir à minha casa, mas não se pode admirar com nada do que lá vir.*

*A lavradora disse que sim e foram as duas à casa que era dentro da Rocha da Hera. Ao entrar lá dentro, viu que a toda a casa e todas as coisas eram em ouro e, em cima de uma grande cama, também de ouro, o marido da vizinha era ... meio homem, meio lagarto! A lavradora, ao pôr os olhos no bicho, assustou-se e gritou:*

*- Valha-me Nosso Senhor!*

*Nisto, a lavradora viu-se fora da rocha. Ouviu então a voz da vizinha (uma moira encantada!) que vinha do buraco, a dizer:*

*- Ah! Tirana, que me dobraste o encantamento por mais mil anos!”*<sup>5</sup>

A abertura do abrigo é conhecida como a “porta” da *Casa dos Moiros*, sendo outras concavidades menores que a ladeiam, as suas “janelinhas”<sup>6</sup>. Assim, segundo a lenda, acede-se a essa morada ctónica através do abrigo, a ‘porta’ para uma ‘casa’ que se oculta para além da formação rochosa, no interior do cerro. Esta história despertou-nos imediatamente a atenção porque lendas desta natureza associadas a formações rochosas referem-se, muitas vezes a sítios com arte rupestre. Mas, ali, as pessoas nada conheciam.

Nas imediações da Rocha da Hera existem mais “prodígios”: no topo do próprio cerro, reconhecem-se outras sepulturas dos *moiros* (que designamos Necrópole de Mesas); numa rocha sobre a margem oposta do Barranco da Tamanqueirinha, ca. de 50 m a montante, há uma pequena fenda muito estreita “sem fundo” aberta na *talisca* (xisto brando) onde se diz que «vem aparecer uma laranja que se meta no buraco dos *moiros*» do Monte do Chaparralinho<sup>7</sup>; frente a essa mesma fenda, a água que desce por um córrego some-se, ‘inexplicavelmente’ no chão, reaparecendo à superfície mais à frente; e diz-se que um pequeno pego de água perene no leito do Barranco da Tamanqueirinha, 200 m para jusante da Rocha da Hera, possua

águas com propriedades curativas, até que alguém lá banhou um porco doente e com isso as “estragou para sempre”.

Entretanto, à medida que prosseguíamos os trabalhos e as visitas regulares ao Vale Feixe e à zona de Taliscas, onde o povoamento é escasso e muito disperso, iam emergindo outras histórias, fantásticas ou mais mundanas, mas todas caracterizadas pelo mesmo padrão: associação espacial a sítios arqueológicos. No Cerro do Castelo, concretamente no topo do esporão oeste, havia sido encontrado há muito tempo um caldeirão de *arame* (=bronze); no mesmo sítio, diz-se existir uma enorme laje oculta sob um velho pinheiro manso, debaixo da qual se crê estar um tesouro, guardado por uma serpente monstruosa<sup>8</sup>; no Cemitério dos *Moires* foi encontrado, em cavadeira memorável dos ‘moços’ do Monte do Pomar há uns 60 anos, um machado “de arame”. Sobre o próprio cerro da Rocha da Hera, encimado pela Necrópole de Mesas, para além de difícil acesso, diz-se que não há razão de se lá ir, porque não dá serventia ou passagem a lado nenhum – parece ser um sítio disfuncional no uso do espaço; nas sepulturas foi também encontrado um machado “de arame”.

5 - Relato da D. Maria Oliveira, Monte do Pomar em 25-09-2000, com 71 anos de idade

6 - Informação em 24-02-1999 do Sr. José Penetra, 82 anos, morador na povoação de Taliscas, que em novo foi pastor e esporadicamente usou a cavidade como abrigo; confirmada pela D. Maria de Oliveira.

7 - Situado a c. 400 m Noroeste de Rocha da Hera e do outro lado de uma elevação mais alta: Não lográmos identificar o “buraco”.

8 - Informação dos actuais moradores do Monte de Vale Feixe.



## 2. Arqueologia e memória.

Até que ponto poderemos considerar válidas estas explicações populares? Serão os sítios, Castelo de Vale Feixe/Cemitério dos *Moiros* e Rocha da Hera/Necrópole de Mesas, de algum modo relacionáveis? Faz sentido perspectivar o abrigo Rocha da Hera como morada uterina de seres mais ou menos fantasiosos?

Na prospecção arqueológica, é prática corrente limitar a inquirição de informantes locais sobre castelos, muros antigos, sepulturas ou antas, ao objectivo essencial de localizar sítios arqueológicos, com o que se procuram elementos materiais mais visíveis e palpáveis no território. Todavia, perspectivamos a investigação arqueológica não apenas como a “ciência das coisas”, mas também como a história dos lugares e das comunidades. Neste sentido, para abordarmos (e interpretarmos) de forma mais holística a complexidade de *habitus* imbuída em espaços pretéritos, torna-se necessário valorizar e procurar compreender outro tipo de referências, física e conceptualmente liminares, mais subtis, o que implica caminhar também pelo difícil território das imaterialidades (Alves, n.p.).

As mitologias tópicas relativas a *moiros* e tesouros repetem-se no imaginário (e na acção) das comunidades rurais por todo o território do ocidente peninsular e são parte integrante da sua topologia (e.g. Brito, 1992; Oliveira, 2000; Alves, 2001b). Por exemplo, a mesma lenda do homem-lagarto é também aplicada a fontes ou cavidades rochosas noutros sítios arqueológicos na bacia hidrográfica do Mira, como na galeria artificial existente na plataforma baixa do povoado de Mesas do Castelhinho<sup>9</sup> (Almodôvar) ou na Fonte do Encantamento<sup>10</sup> junto ao pequeno sítio de *habitat* de Monte Branco 2 (Odemira), ambos sítios da II Idade do Ferro, mas também com reocupações de época medieval. Tal como no Cerro do Castelo de Vale Feixe, diz-se “existir” no povoado de altura fortificado, alto-medieval, de Senhora das Neves (Odemira) uma outra serpente, desta feita alada, que também guarda um tesouro junto a um abrigo chamado “Forno dos Mouros”. Estas narrativas mantêm uma grande consistência interna: por um lado, associam-se a topografias e sítios peculiares na paisagem, sejam naturais (cumes rochosos, afloramentos, pegos, árvores e floras peculiares) ou com intervenções de origem paleo-antrópica (“povoados”, megálitos, necrópoles de túmulos); por outro relacionam-se com a actividade e presença de entidades míticas, os *moiros*. Tesouros ou bens foram (e permanecem) por eles propositadamente ocultos, soterrados, sendo revelados apenas por acontecimentos especiais, irrepetíveis e alcançáveis apenas mediante a superação de exigentes provas de rectidão e virtude, pois estão rodeados de perigos sobrenaturais – são seus guardiães seres monstruosos, muitas vezes répteis ou criaturas semi-

humanas (Brito, 1992: 48-54; Oliveira, 2000).

Essa *estabilidade estrutural* referida por J. Pais de Brito (1992) pode, naturalmente, resultar da emulação de exegetes populares de uns sítios para outros, mas também pode significar uma insuspeita longevidade – cuja profundidade é insondável<sup>11</sup> – da permanência e/ou recorrência das formas de ver, pensar e organizar o território. Estas não são, ainda, conceptualmente muito diferentes daquelas que a Etnografia capta nas sociedades pré-industriais, geograficamente mais ou menos distantes, porque para estas o espaço natural é imbuído de significados que agem como âncoras na sua conceptualização do mundo. Por isso, talvez não sejam, na sua essência, muito diferentes das das comunidades do passado, mais ou menos remoto, que estudamos.

As histórias fabulosas tal como hoje nos são contadas sobre os sítios arqueológicos de Vale Feixe e Rocha da Hera, podem não representar uma memorização original multi-milenar, no sentido em que as narrativas orais podem não se manter por muitas gerações sem um grau comprometedor de distorção (Le Goff, 2000: 14-16; Bradley, 2003; Nogueira, 2005). Contudo, a reprodução mnemónica pode ser, nas populações rurais do passado recente ou nas que permanecem mais isoladas, como na serra de Odemira, extremamente zelosa da integridade dos conteúdos, recorrendo-se a técnicas de fixação nas quais as referências topológicas cumprem um papel importante.

Detemos (ainda) nas nossas comunidades rurais muito de atávico na percepção do território e esse arcaísmo (ou ‘lastro’, para a noção *modernista* de progresso) é uma das nossas maiores riquezas culturais, uma interpretação do mundo sobre a qual devemos reflectir. E por isso não se afigura inconsequente encarar essas antigas narrativas tópicas, esses saberes desqualificados mas mais duradouros, como arquétipos da organização do espaço e do mundo complementarmente válidos às explanações emanadas do rigor científico, tantas vezes excessivamente unitárias e totalizadoras, mas paradoxal e invariavelmente transitórias (Foucault, 2006: 15-33). Com tal abordagem, pretendemos desenvolver uma forma multifocal de perspectivar as realidades arqueológicas sobre as quais nos debruçamos, sem pretender criar todavia um discurso propriamente antropológico.

No conjunto arqueológico de Vale Feixe/Rocha da Hera encontramos, interpenetradas tanto no registo arqueológico como na interpretação popular, três categorias de sítios: os locais onde habitaram os *moiros*, os dos seus mortos e os dos *moiros* ‘subtérreos’ conotados com o trânsito para um espaço atemporal que se situa para além do mundo físico.

Nesta zona de Odemira, aos *moiros*, personagens centrais das narrativas que sobreviveram na tradição oral, não parecem ser atribuídas conotações étnicas na medida em que são considerados o *outro*, antecessores na terra mas não

9 - Comunicação pessoal do Prof. Carlos Fabião.

10 - Informação do sr. António Gonçalves Alexandre, do Monte do Paço (Relíquias), em 23/02/99

11 - A título de exemplo, a estrutura da lenda justificativa do topónimo Odemira mantém-se inalterada desde o século XVII, quando foi registada na *Corografia Portuguesa* de A. Carvalho da Costa, obra que não será de consulta muito frequente pelas populações iletradas da serra de Odemira.

propriamente antepassados ou ascendentes<sup>12</sup> (Vilhena, 2008). Embora não se deva generalizar esta asserção, os sítios arqueológicos de Vale Feixe aos quais se associam estas lendas parecem revestir, para esta comunidade rural, a função daquilo a que a Pierre Nora (apud Augé, 1998: 61) chamou 'lugares de memória' de homens de outro tempo, diferentes de nós; enquanto a Rocha da Hera remete-nos para anamneses relativas a moiros de uma dimensão espaço-temporal mítica e irreal (Brito, 1992).

Depreende-se a existência de dualidades neste conjunto. Elas prendem-se mais com o que é (topograficamente) alto ou baixo, o visível e o invisível, os cumes evidentes e o intestino oculto da terra, onde estão, respectivamente, as expressivas materialidades dos vizinhos moiros de cima e as ambiências mais reservadas dos vizinhos moiros de baixo, apenas pontualmente acessíveis por determinados "portas" de contacto (pegos, grutas, rochedos). São estes eixos, verticais, horizontais, de direcções múltiplas e entrecruzadas, por vezes tão (ou mais) relevantes na concepção do espaço das sociedades rurais tradicionais do Ocidente quanto o seu quotidiano meramente agrícola (e.g. Bender, 1993).

### 3. Vale Feixe – Mesas: as formas da paisagem a leste de Odemira

A "serra de Odemira", onde se situam Vale Feixe e a Rocha da Hera, é o prolongamento para oeste da Serra de S. Martinho, empolamento tectónico ligado à cordilheira do Caldeirão. É uma zona de relevo muito acidentado, de trânsito difícil, onde os xistos de base se conformaram de forma bastante vincada sem, contudo, atingir grande elevação. Os cumes, boleados e de cota média a rondar os 200 m (máximo Gavião 289 m, a 2 km a leste de Vale Feixe), são restos da antiga planície de abrasão marinha do maço antigo dissecada pela densa rede de afluentes do Mira, que



Fig. 3 - Aspecto geral da zona de Vale Feixe vista de sul (foto do autor; Outubro 2006)

nela abriram córregos e vales estreitos muito encaixados entre fortes declives (Fig. 3). Todavia, os traços mais distintivos nesta paisagem são os restos maiores dessa planície primeva que se conservaram na forma de duros e espessos depósitos de *raia* nos quais erosão diferencial deu origem a planaltos de média extensão (até 5 km) de rebordos bruscos e cujos perfis resultantes, marcadamente trapezoidais, levam a que sejam localmente chamados "mesas" (Feio, 1983: 196; Pimentel, 1994: 37,47-50).

Todas as ribeiras têm caudal muito debilitado ou nulo no Estio, mas o suficiente para dificultar sobremaneira a circulação pelo território durante o resto do ano, com a agravante de se verificarem episódios frequentes de pluviosidade muito concentrada, de regime torrencial, aquando das tempestades vindas de sul e sudoeste. A serra funciona como uma mini-barreira de condensação, a 30 km do mar, suficiente para que as massas de ar húmido nele originadas sejam canalizadas pelo vale do Mira<sup>13</sup>. E mesmo no rigor estival, ainda aqui chega a *maré*, designação local para a brisa marítima, o suficiente para abastecer diariamente de humidade uma vegetação de tipo sub-mediterrânico, embora muito degradada por acção antrópica. Predomina o sobreiral e o esteval denso mas, nas encostas voltadas a norte, resistem boas manchas de bosques mais densos, sobreviventes aos carvoeiros e aos arroteamentos.

Esta paisagem é, então, marcada pela acentuada dualidade entre estreitos, húmidos e sombrios fundos de vale, onde se conservam cobertos arbóreos densos alicerçados nas galerias ripícolas, os cumes de *mesas* e uma imensidão de cabeços boleados, mais áridos e despidos.

A uma escala ampla, do topo dos cabeços mais elevados na zona de Vale Feixe (como o do Cemitério dos Moiros), detém-se um panorama vastíssimo de uma paisagem forte, cujos extremos são ocupados pela ampla depressão do vale do Mira e a omnipresente elevação de Monchique, emergindo da linha do horizonte meridional.

Não parece, portanto, estranho que o povoamento pré-histórico, como grande parte do actual, tenha abraçado os cumes ou patamares a meia encosta, já que, sem serem determinantes, a excessiva humidade e fraca insolação dos fundos de vale não são muito convidativas à morada quotidiana. Aos actuais habitantes do não muito antigo Monte de Vale Feixe, na base do vale, o que mais os entristece em morar num sítio que têm como belo, é ter sol apenas entre meio da manhã e meio da tarde, reconhecendo que os *moiros* do alto do Cerro do Castelo fizeram uma melhor escolha. De facto, a serra de Odemira é profundamente marcada pelos fortes contrastes entre luz e sombra que emanam da dramática e contínua alteridade topográfica entre os espaços confinados dos vales e a manifesta amplidão das cumeadas.

12 - Estes, num tempo intermédio, distorcido, não linear e marcado por episódios históricos memoráveis, são tanto "os portugueses" de Afonso Henriques, onde se vê a marca indelével da propagação eclesiástica e da instrução escolar de ideário cristão nacionalista do Estado Novo, quanto "os do tempo da guerrilha" de 1834-1838, movimento defensor do conservadorismo rural que a ânsia reformadora da burguesia liberal, vencedora da Guerra Civil, ameaçava. Liderada na serra algarvia por José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido, a guerrilha foi particularmente activa e prolongada na zona leste de Odemira (Ferreira, 2002).

13 - Tal proporciona uma precipitação anual que só é ultrapassada, na região, nas elevações de Monchique e do Caldeirão.



#### 4. Cerro do Castelo de Vale Feixe

No Vale Feixe, a morada onde outrora habitaram os *moiros* identifica-se com a área da ocupação, pré-histórica, do Cerro do Castelo. A sua planta conforma um amplo arco que abrange a metade setentrional de uma crista esguia e alta (cota 195 m), a leste, e o esporão elevado (cota 176) sobre vertente rochosa, que de meio da crista se projecta para sudoeste, sobre o apertado vale da Ribeira de Vale Feixe, que ali corre de norte para sul. Nas direcções poente, nascente e norte, o domínio visual que se abrange desde o Cerro do Castelo não é muito extenso, devido à presença de cumeadas contínuas de maior elevação que o encerram naqueles quadrantes. Este é, pois, não só um sítio de onde não se vê muito, mas também relativamente pouco visível desde o entorno imediato, embora seja bastante evidente e facilmente identificável desde cumeadas mais distantes.

A área do povoado (c. 6 ha) é claramente delimitada em metade do seu perímetro por um talude artificial que poderá ter correspondido a um potente amuralhamento (Fig. 4). Ele é reconhecível de forma contínua, mas com expressões variáveis, desde o flanco rochoso do lado oeste do esporão ao flanco meridional da ligação deste à crista, onde inflecte quase em ângulo recto, prolongando-se desde aí por toda a parte alta da ilhargia do povoado voltada a nordeste. Num degrau no desenvolvimento, agora já descendente, da crista para norte, o talude continua para poente, após rotação marcada, de forma a envolver ainda parte de um patamar mais baixo e largo que se abre a poente e à ribeira. No topo setentrional da parte mais alta da crista, existe ainda um outro segmento de muro que arranca do principal na perpendicular e parece criar uma compartimentação do recinto.

O talude/muralha opõe-se, deste modo, aos acessos ao povoado desde sul, nascente e norte, sobrepondo-se aos ressaltos naturais e declives mais acentuados do terreno (Fig. 5). Mas o seu flanco poente, sobre a Ribeira de Vale Feixe, inclinado mas não impraticável (sobretudo pelos córregos da área interna do sítio), não foi delimitado por nenhuma construção actualmente reconhecível. O antigo povoado parece ter-se aberto ao vale da ribeira, como que incorporando-o e, simultaneamente, utilizando-o como co-delimitação da área "habitada", conquanto as plataformas de ocupação se situem bastante acima (entre 50 e 100m) dele.

O istmo de ligação entre esporão e a crista foi alterado com a criação de uma larga plataforma sobre aterro suportado pelo talude, que atinge neste segmento a altura máxima (10 m). Neste ponto, como noutros, verifica-se que o muro/talude incorporou, a par de grandes pedras de grauvaque e xisto locais, diversos dormentes de mós de vaivém.

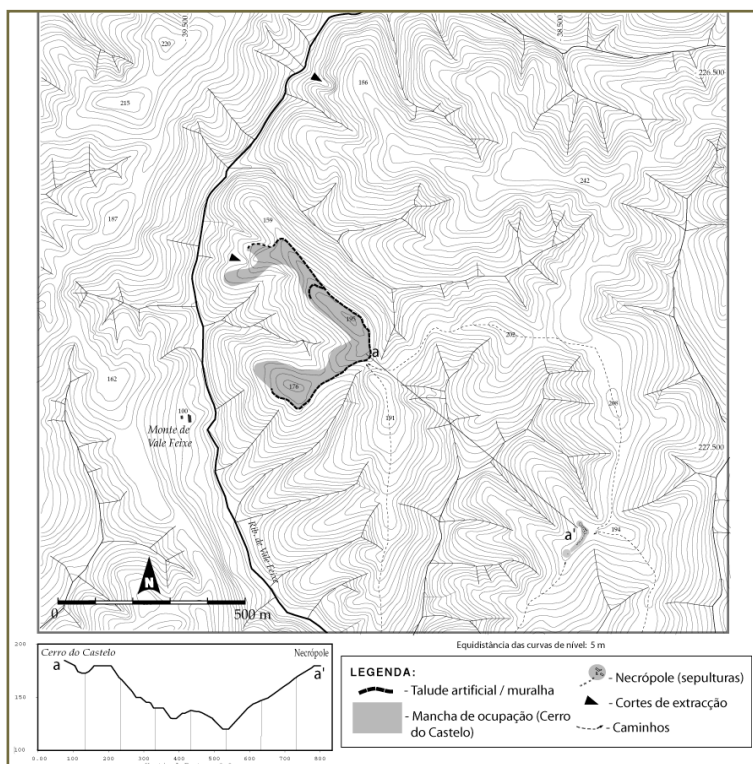


Fig. 4 - Área de implantação e relação espacial entre Cerro do Castelo e Cemitério dos Moiros de Vale Feixe. Base cartográfica: Prancheta Cadastral, escala 1:5000, e Levantamento topográfico do Cerro do Castelo e da necrópole, por J.F.Sousa (C.M.O.) e Armando Guerreiro, modificados.



Fig. 5 - Cerro do Castelo de Vale Feixe visto de noroeste (em cima) e aspecto do esporão sudoeste do mesmo, a partir da crista (em baixo) (fotos do autor; Janeiro 2007).

O esporão sudoeste (e pelos dados disponíveis, apenas este) teve reocupação em época alto-medieval, assinalada pela presença de abundantes fragmentos de dólio decorados com impressões de corda, pelo que é inviável atribuir com segurança a construção (ou reconstrução) dos seus muros envolventes a um período específico.

É nas terras de escorrência do córrego que desce para noroeste, entre o esporão e a crista, que se encontraram as poucas cerâmicas recolhidas do sítio, cerca de uma vintena de fragmentos que não proporcionam a reconstituição de formas, mas cujas pastas e cozeduras são semelhantes a alguns fabricos oleiros recolhidos em estratigrafia de escavação no povoado de altura ribeirinho de Cerro das Alminhas (Odemira), onde se documentaram potentes estruturas de uma instalação datável de uma fase recuada do Bronze Final (Vilhena, 2006). Outros indicadores cronológicos para a ocupação pré-histórica do Castelo de Vale Feixe são os vários dormentes de mós manuais de tipo vaivém em granodiorito e grauvaque (alguns de grandes dimensões), que se encontram dispersos nas plataformas da crista e do esporão ou no talude.

Outros povoados de altura, com evidências de ocupações pouco prolongadas entre a transição Calcolítico/Bronze Pleno e o Bronze Final, foram identificados ao longo do vale do Mira, nos concelhos de Odemira e Ourique (Vilhena, 2006): Cerro da Bica, Cidade da Rocha, o já referido Cerro das Alminhas e o próprio Castro da Cola. Cada uma destas ocupações pode ser individualmente relacionada, numa perspectiva paleo-económica, a determinadas condicionantes locais favoráveis, como o controle de várzeas férteis e/ou de vaus e vales de circulação. Já o Castelo de Vale Feixe acomodou-se num local que se consideraria menos provável à ocupação, atendendo a que, por exemplo, podia ter antes sido situado sobre o fundo do estuário do Mira, que dista apenas 5 km e assim está demasiado longe para o aproveitamento directo do vasto leque de recursos biológicos que esse ecossistema proporcionaria. É ainda de salientar que o Castelo de Vale Feixe não dispõe no seu entorno imediato de domínio estratégico sobre terrenos extensos de aptidão agrícola actual/tradicional. Ele parece estar mais vinculado aos recursos do estreito, pedregoso e húmido vale da Ribeira de Vale Feixe e seus pequenos afluentes, actualmente sumariamente explorados para hortas e pastos de Verão.

Reconhecem-se, nas vertentes da margem esquerda da ribeira, duas grandes e profundas depressões artificiais entalhadas a meia encosta, uma situada sob o patamar inferior do lado noroeste da ocupação do Cerro do Castelo, a outra 500 metros para montante da primeira (cf. Fig. 4). A origem paleo-antrópica de ambas é notória pelas dimensões, morfologia e regularidade dos cortes, que apresentam entre 10 e 20 metros de extensão e largura, com profundidades máximas de 15 e 25 metros. Poderão tratar-se de antigas pedreiras ou, em alternativa, relacionar-se com extracções mineiras, de tipo trincheira. No caso desta última hipótese, podem ter sido originadas ou continuadas durante o ciclo mineiro que se verificou na área de Odemira entre 1860 e 1880 (embora não existam referências a este sítio nos registos documentais dessas lavras mineiras), estarem associadas à ocupação alto-medieval do Cerro do Castelo ou mesmo à sua

ocupação no final da Pré-história. É de assinalar que foram documentadas na vizinha Andaluzia minerações de cobre da Idade do Bronze (San Rafael, Potosí, Coral) com recurso a trincheiras abertas em encostas e cujas dimensões não são dissemelhantes das identificadas na Ribeira de Vale Feixe (Hunt Ortiz, 2003: 50-51, 288-289). A forte sedimentação destas trincheiras de Vale Feixe (que impede a observação directa ou caracterização da rocha base), aponta no sentido da sua antiguidade. Na área do povoado, documentaram-se, escórias de redução (provavelmente de ferro) e, muito recentemente, indícios de actividades pirotécnicas (xistos e grauvaques completamente vitrificados) macroscopicamente semelhantes a amostras do mesmo material identificadas em Cerro das Alminhas 1 e 2, Cidade da Rocha e Castro da Cola. Surgem também, sobretudo no extremo norte da crista nascente, abundantes seixos percutores de quartzo, fragmentos de quartzo e blocos de rocha avulsos cuja morfologia denuncia extracção de fundo e contém pirite (de cobre?). No esporão sudoeste do povoado existe um afloramento de chapéu-de-ferro (*gossan*), cujo conteúdo de minerais metálicos não está qualificado. Nas corta no fundo do vale poderão ter-se explorado depósitos enriquecidos de sulfuretos solúveis (por ex. de cobre), acumulados por percolação na zona de cementação associada aos níveis freáticos (Semeels, 2004: 35). Coloca-se, portanto, a hipótese de estarmos na presença de um povoado de "vocação" (também) mineira, o que se pretende futuramente vir a confirmar e qualificar com recurso a trabalhos de investigação no terreno.



Fig. 6 - Cemitério dos Moiros. Vista da necrópole para sul com Serra de Monchique na linha de horizonte, acima do planalto das Mesas (em cima) e da área das mamoas naturais geminadas em fase prévia à escavação, vista de nor-noroeste (em baixo) (fotos do autor; 2000).



Apesar das repetidas prospecções realizadas na última década, ainda não dispomos de evidências concretas para asseverar a atribuição cronológica avançada para o Cerro do Castelo. Além dos parcos materiais recolhidos no sítio e do facto de ele se encaixar no mesmo padrão tipológico de povoados de altura da Idade do Bronze do vale do Mira, é a sua íntima associação espacial à necrópole, esta sim melhor datada, que nos permite advogar uma cronologia do 2.º milénio a.n.e.

### 5. Cerro do Cemitério dos Moiros de Vale Feixe

No Vale Feixe, o sítio onde os moiros do outro tempo sepultavam os seus mortos é conhecido, como acima se referiu, por Cerro do Cemitério dos Moiros (Fig. 4 e 6). Situa-se 700 metros a Sueste do Cerro do Castelo, entre dois cômodos boleados (a c. 70 m um do outro) existentes numa crista de planta em arco e alinhamento predominante nordeste-sudoeste. Esta crista faz parte de uma longa linha de cumeadas em ziguezague, mais elevada a norte, que aqui começa a descer para as ribeiras do Pomar e Vale Feixe. Ela é dissecada por cinco córregos, dando ao cabeço uma configuração algo irregular, com esporões descendentes para sudoeste e noroeste. Neste último, disseram-nos também terem sido outrora encontradas sepulturas, mas que não logramos detectar.

Do local das sepulturas, detém-se um domínio visual extensíssimo para sul e poente, uma sucessão de colinas esguias separadas por córregos fundos e pela larga depressão do vale do Mira, num efeito visual ondulante apenas interrompido pelos extensos planaltos da Cabeça das Mesas (225 m) e Mesa Redonda (175), 4 km a sul, sobre as quais se eleva o longínquo maciço eruptivo de Monchique. O sítio é assim, em virtude da sua elevada altimetria (190 m), privilegiado na vastidão do panorama

que dela se detém para uma paisagem em larga escadaria. Contudo, para leste, um cerro mais alto na crista fecha completamente o horizonte visual da necrópole logo a 50 m; para noroeste avista-se a elevação do Cerro do Castelo.

Na necrópole, o maior número de sepulturas aglomera-se no cômodo do extremo nordeste (Fig. 7). A topografia peculiar do terreno configura ali duas grandes superfícies convexas alongadas, quase geminadas, que coroam a crista como se tratassem de verdadeiras mamoa. É possível que o intervalo entre ambas, de menos de 5 m, tenha sido artificialmente rebaixado pelos construtores da necrópole.

Na zona da mamoa sul (M1), reconhecem-se quinze sepulturas (n.ºs 3 a 6 e 9 a 16, 18 e 19) à superfície do terreno, enquanto na mamoa do lado norte (M2), apenas quatro (n.º

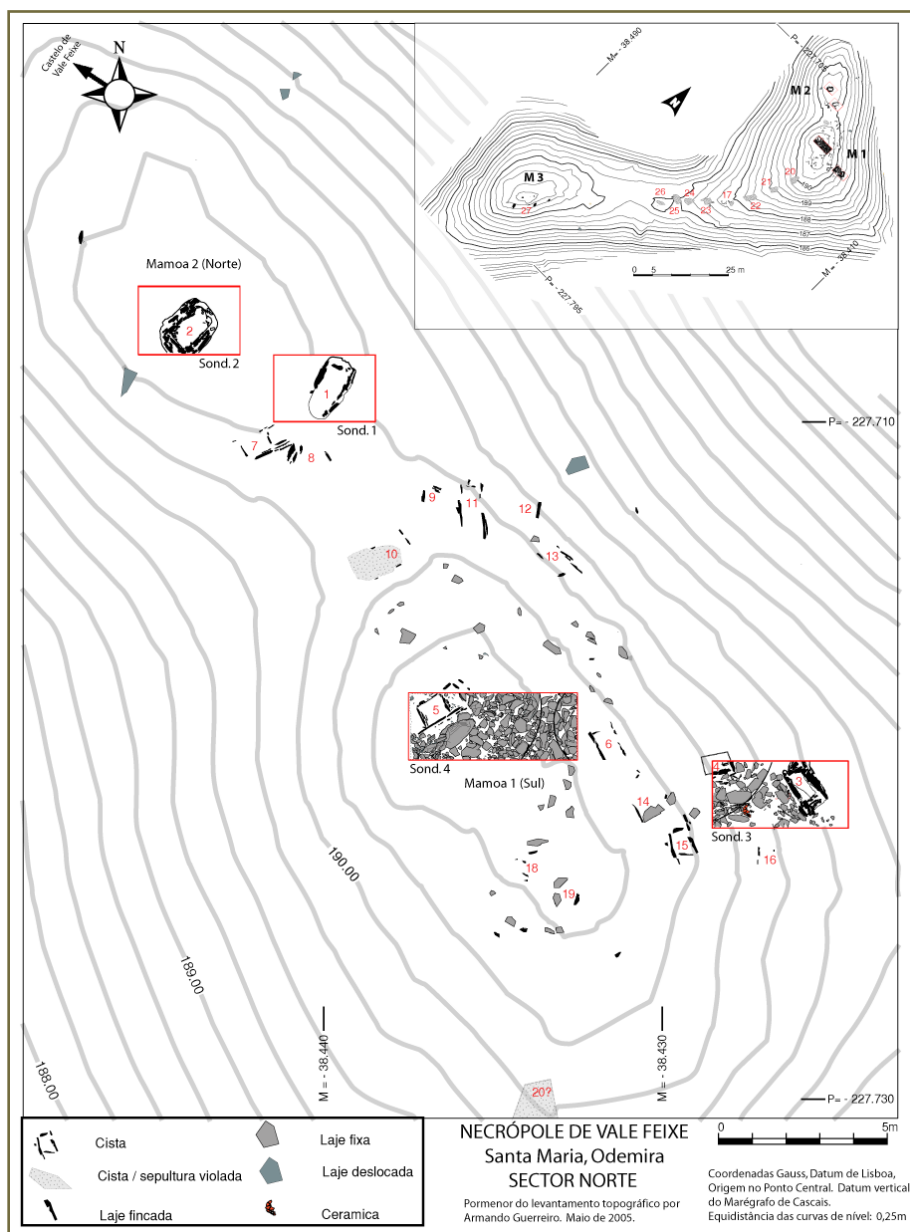


Fig. 7 - Levantamento topográfico do Cemitério dos Moiros/Necrópole de Vale Feixe, com localização das sondagens realizadas no sector norte (mamoa 1 e 2).



1, 2, 7 e 8). Mas várias grandes lajes, presumivelmente arrancadas de monumentos, jazem na periferia das mamoa, indícios das grandes perturbações que aqueles sofreram, podendo eventualmente o número original de sepulturas ter sido maior, em especial na mamoa norte. Pontuam também um pouco por todo o lado, seixos rolados de quartzo leitoso de grande calibre (até 30 cm.), tanto trazidos de ribeiras como extraídos de veios de quartzo existentes no local.

Mais para sudoeste, ao longo da crista, afloram a intervalos de 2-3 m outras nove sepulturas, sendo apenas bem visível a nº 17, de tipo cista, a par de depressões ou covas alongadas resultantes da violação de estruturas semelhantes (n.º 20 a 26). Por fim, o topo boleado (de cota 188 m) do extremo sudoeste da necrópole, a 70 m das mamoa 1 e 2, assemelha-se também a uma grande mamoa natural (M3), sobre a qual se concentram grandes lajes de xisto, soltas ou fincadas, que denunciam a presença de outro provável núcleo de sepulturas (visível parte da n.º 27).

No total, são identificáveis à superfície vinte e sete sepulturas, estruturadas por lajes de xisto, mas o número total poderá facilmente ascender a, ou superar, três dezenas. Este valor é similar aos cálculos de cistas de outras necrópoles do "Bronze do Sudoeste Peninsular" de segunda ordem de grandeza, como Corte Cabreira (20 sepulturas), Quitéria (24), Provença (28), El Castañuelo (35), El Becerro (35) e La Traviessa (27), todas muito aquém das 130 reconhecidas em Atalaia de Ourique (Schubart, 1965; Silva e Soares, 1981; García Sanjuan, 2004; Gamito, 2004).

A intervenção arqueológica no local, dirigida por um de nós (J.V.), decorreu no final do Verão de 2000<sup>14</sup>, com a realização de levantamento topográfico de toda a área das sepulturas e a abertura de quatro sondagens (2x3 e 2x4 m), com o que se escavou nos topos e zonas laterais das mamoa 1 e 2 (Vilhena, 2001). Encontra-se em preparação a publicação mais detalhada do registo de escavação, pelo que aqui apenas se sintetizam os resultados.

A sondagem 1 foi aberta para abranger a sepultura 2, parcialmente violada há muito e visível no lado leste da mamoa 2 (Fig. 8). Aquela foi inteiramente embebida numa cova de planta ovalada (2,1 x 1,1 m) com fundo plano e profundidade até 30 cm, aberta no xisto de base. Esta cova foi revestida com lajes de xisto de média dimensão embaladas em argila vermelha, configurando uma câmara funerária de planta sub-trapezoidal com dimensões máximas de 1,8 x 0,8 m. O interior da sepultura estava preenchido com um depósito de lajes de xisto fragmentadas e terra vegetal solta, resultante da sua violação. Do enchimento original, detectaram-se vestígios de uma terra de fundo de cor castanho avermelhada, argilosa e granulosa, muito compacta, sem materiais, com maior potência no terço sudoeste da câmara. Não foram detectados materiais arqueológicos ou indícios claros de qualquer estrutura envolvente da sepultura.

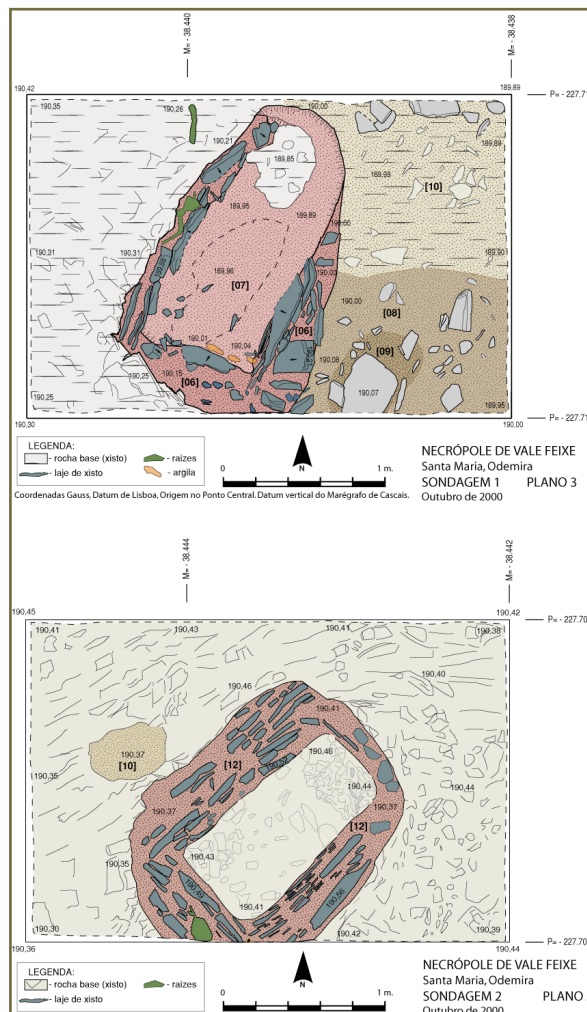


Fig. 8 - Necrópole de Vale Feixe. Plantas das sondagens 1 e 2.

A sondagem 2 implantou-se sobre o centro da mamoa Norte, o que permitiu verificar ser esta uma saliência rochosa de formação natural, cruzada por um veio de quartzo leitoso. Foi escavada a sepultura 1, que apresenta planta sub-rectangular com cantos arredondados (1,25 x 0,6 m) e eixo maior a nordeste-sudoeste (Fig. 8). Restavam somente as bases dos múltiplos esteios de xisto ardosífero que constituíam cada uma das paredes. Foram embebidos em sulcos abertos na rocha solo e, provavelmente, suportados por uma estrutura envolvente, de que não restam vestígios. Não foram exumados quaisquer materiais arqueológicos nesta sondagem e no espaço interno da sepultura registou-se apenas uma magra película de solo (3-4-cms de potência) de características idênticas ao solo superficial documentado no seu exterior, directamente assente sobre a rocha de base.

Na sondagem 3, aberta na vertente oriental da mamoa sul (1), escavou-se a sepultura nº 3, os restos do seu *tumulus*

14 - Participaram nos trabalhos, para além dos autores, Carolina Grilo, Fernando Henriques, Miguel Serra, Rafael Ortiz Temprado (arqueólogos), Rebeca Nores González (técnica de Conservação e Restauro), António Bairinhas (desenhador), Armando Guerreiro (topógrafo), José Filipe Sousa (topógrafo, C.M.O.) e os então estudantes da licenciatura de Arqueologia Nuno Inácio, Paulo Rebelo e Rita Teixeira.

e o *tumulus* da sepultura n.º 4 (Fig. 9). A sepultura n.º 3 é de tipo cista, com planta rectangular, eixo maior a noroeste-sudeste e dimensões internas de 0,9 x 0,5 m. As paredes são formadas por esteios paralelos de xisto fincados em sulcos rasgados no afloramento rochoso, apoiados por calces de lajes tanchadas, tendo sido encontrados quebrados quase pela base e muito inclinados para leste, devido ao efeito de arrasto provocado na estrutura pelo deslizamento do solo envolvente no sentido da grande pendente do terreno. No interior da cista, encontrou-se apenas uma terra argilosa, muito compacta e fina, de cor avermelhada, com 5 cm de espessura assente sobre a rocha base. Tratar-se-á possivelmente da preparação e nivelamento do leito da sepultura, pois preenche parcialmente os sulcos de fixação dos esteios. Não forneceu espólio. No exterior da cista, a poente, um alinhamento de pedras de xisto azul parece ser o que esta de uma pequena moldura ou *tumulus* de planta rectangular ou ovalada.

No canto noroeste da mesma sondagem, surgiu parte de uma sepultura de tipo cista (n.º 4), com forma, dimensões, técnica construtiva e orientação semelhantes à n.º 3. Apenas parte do seu *tumulus* (cerca de ¼, raio de 1,30 m) foi abrangido pela sondagem

e escavado. Trata-se de uma estrutura pétrea de planta circular ou ovalada, composta por sucessivos anéis concêntricos de lajes de xisto grauváquico cinzento de média e grande dimensão dispostas na horizontal, ligadas por terra compacta, argilosa e de textura fina. Sendo o penúltimo anel o mais nítido, no último encontraram-se lajes mais espaçadas e em degrau inferior. Eventualmente, trata-se de uma adição posterior ao monumento; em alternativa o anel terá sido interrompido pela colocação da estrutura envolvente da sepultura n.º 3.

Como na sepultura 5 (sondagem 4), detectaram-se entre a cista 4 e o primeiro anel pétreo do lado interno do *tumulus*

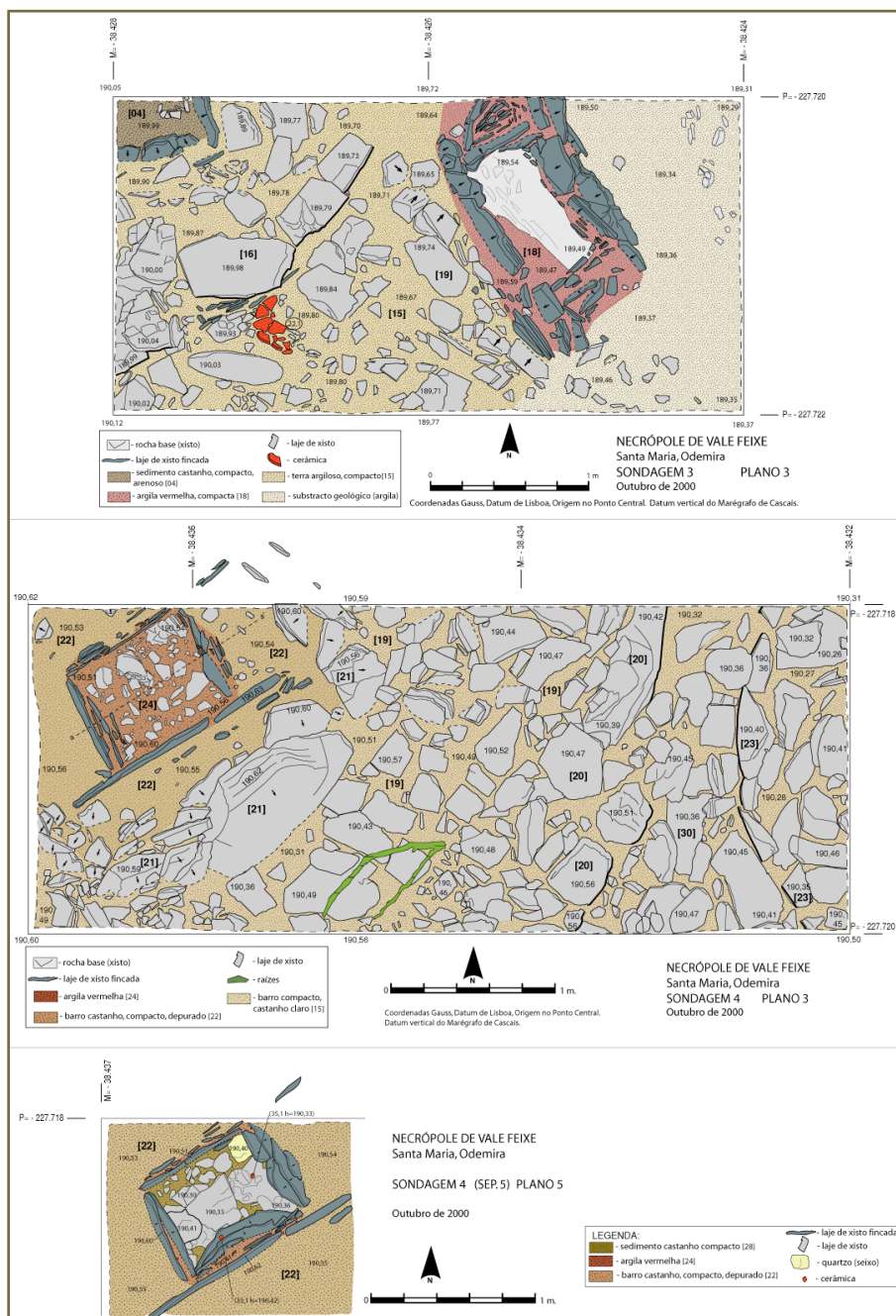


Fig. 9 - Necrópole de Vale Feixe. Plantas das sondagens 3 e 4.

várias lajes fincadas em posição oblíqua (inclinação de c. 45°) e parcialmente imbricadas entre si, de forma a configurar uma moldura ou grande "caixa" em torno da cista.

No anel externo do *tumulus*, um intervalo entre duas lajes foi preenchido com a deposição de um grande recipiente cerâmico de fabrico manual (do qual só restam parte do fundo e arranque de bojo, com cerne negro e exterior vermelho de acabamento grosseiro) que foi acondicionado num pequeno envoltório ou "berço" de pequenas lajes de xisto azuis colocadas na vertical, em redor do vaso, e deitadas, sob o fundo. O conteúdo do interior do vaso, recuperado a profundidade de apenas alguns centímetros, resumia-se a terra vegetal solta,

semelhante à do terreno envolvente.

A última sondagem (4) foi realizada no topo da mamoa sul, de forma a abranger a sepultura ao centro desta, a n.º 5 (Fig. 9). De tipo cista, com área interna rectangular, dimensões de 0,8 x 0,65 m e eixo maior na direcção SO-NE, foi estruturada com paredes monolíticas de grandes lajes de xisto azul e cinzento com longitude até 1,5 m, mas que quebraram e torceram para o interior da cista devido à pressão do terreno. Foram cimentadas por um barro compacto e bem depurado vermelho alaranjado. O monumento foi completado com um grande *tumulus* planta circular ou ovalada, com diâmetro (ou eixo menor) calculado em mais de 5 m e superficialmente revestido por uma espessa (até 10 cm.) capa de barro depurado castanho claro, compactado por batimento e com indícios de aquecimento. A estrutura pétrea nuclear do *tumulus* foi construída com lajes de xisto azul e xisto grauvaquico cinzento (predominante), de média e grande dimensão, dispostas, na horizontal, em alinhamentos curvilíneos concêntricos e descendentes, de forma a configurar uma sucessão de anéis. Essas lajes encontravam-se cimentadas por um barro muito compacto, de composição semelhante ao da capa exterior. Esta couraça pétrea não contacta directamente com a cista, pois descarrega, ao centro, o seu peso sobre uma estrutura mais robusta, de planta sub-rectangular, composta por grandes lajes de xisto colocadas em posição oblíqua, travadas entre si e inclinadas (45°) para um centro comum. Conforam uma caixa quase "megalítica" de protecção em torno da cista, uma estrutura interna no *tumulus* destinada a travar a pressão centrípeta sobre ela exercida pelo peso dos anéis de pedra. O intervalo, de alguns decímetros, entre a moldura megalítica e a cista 5 foi preenchido com barro muito compactado, de tom mais escuro, que não foi escavado.

No topo leste da mesma sondagem 4, foi detectada a forma nítida do anel de delimitação de um segundo *tumulus* circular de menor dimensão e provavelmente associado à sepultura (n.º 6) que aflora à superfície do terreno, a um metro para lá do perfil nascente da sondagem. É igualmente composto por lajes de xisto dispostas na horizontal, ligadas por barro compacto castanho. Este *tumulus* não contacta com o da cista 5, e o intervalo entre os dois foi preenchido por um enchimento desordenado de lajes de xisto e grauvaque unidas com barro. Todas as demais cistas escavadas encontraram-se a nível de base (e a sepultura em cova n.º 2 violada), pelo que, neste aspecto, a sepultura 5 foi uma excepção, pois encontrou-se integralmente selada pela cobertura (de laje ou lajes de xisto azul), embora muito estilizada e deformada, se verificou estar ainda cimentada por argila vermelha às paredes da cista. Imediatamente sob a tampa, encontrou-se o único estrato de enchimento do receptáculo funerário, com potência de 4 a 7 cm e composto de um solo muito friável, de textura fina e leve e de cor castanho acinzentado escuro, que continha algumas esquirolas de osso muito diminutas e abundantes nódulos de carvão. A análise antracológica deste último material, realizada pelo CIPA, determinou pertencerem a *querqus super* (sobreiro). Os únicos artefactos recuperados no interior da cista resumiam-se a dois pequenos fragmentos

cerâmicos: bordo (diâmetro de 10,6 cm) de uma pequena taça de forma simples em calote e (possivelmente) de uma carena muito vincada. Embora não pertencentes à mesma taça, ambos têm as superfícies exteriores muito polidas ou brunidas, castanho-claro, e as pastas são compactas, com cerne acinzentado e e.n.p. finos.

O fundo da cista era constituído por um lajeado irregular de lajes de grauvaque, 30 cm abaixo do topo das paredes da cista. Encontrava-se ligeiramente inclinado para noroeste e sobre ele foi sobreposta uma laje deitada na cabeceira do topo sudoeste. No canto norte da cista, também depositado sobre o fundo, encontrou-se um seixo oblongo e achatado de quartzo leitoso (calibre de 15 cm), que interpretamos (pela substância e sua posição) como deposição intencional.

Verificou-se à superfície, o que foi corroborado pelas sondagens, que as arquitecturas deste vasto espaço sepulcral de Vale Feixe contemplam estruturas de dois tipos: cistas de fundo pouco ou nada escavado na rocha base, apoiadas em sulcos nela abertos e envolvidas por *tumulus* pétreos tendencialmente circulares; a par de sepulturas embebidas em covas profundas abertas no afloramento e revestidas de lajes, de dimensões maiores mas desprovidas de *tumuli* ou com superestruturas bastante menos massivas. Este último tipo ocupa posições periféricas nas mamoas, cujos topos foram, nos dois casos escavados, ocupados por cistas. As cistas são sempre de dimensões mais reduzidas do que as sepulturas em cova.

A necrópole de Vale Feixe revela, assim, uma concepção construtiva bastante similar a Atalaia de Ourique (Schubart, 1965; Parreira, 1995): espaço funerário gregário polinucleado, com maior destaque dado a aglomerados de grandes túmulos pétreos em forma de calote baixa, justapostos ou contíguos, que sustentam sepulturas pequenas de tipo cista de fundo pouco ou nada rebaixado na rocha. E em Atalaia surgem igualmente sepulturas periféricas maiores, embebidas em fossas fundas escavadas na rocha, mas bem menos "monumentais" exteriormente. Presumivelmente (algo que só o alargamento da escavação poderá esclarecer), os túmulos circulares de Vale Feixe também conformarão "cachos".

As estruturas, num dos casos de aparência "megalítica", para contenção e reforço estrutural das cistas 4 e 5 ao centro dos seus *tumuli*, não deixam de recordar a tipologia da sepultura de Ferradeira (Faro), de transição Calcolítico – Idade do Bronze (Schubart, 1971b), ou mesmo algumas cistas megalíticas mais antigas.

Além das tipologias construtivas, são escassos ou nulos os elementos que dispomos para a atribuição cronológica mais precisa dos monumentos escavados no Vale Feixe. A presença das taças com superfícies polidas/brunidas na sepultura 5 e do grande vaso de fundo plano (diâmetro na base de 24 cm) no *tumulus* da sepultura 4, provavelmente, uma forma sub-cilíndrica ou tronco-cónica invertida, próxima dos grandes vasos bi-troncocónicos que Schubart (1971a) situa no período II do Bronze do Sudoeste, sugerem uma cronologia no Bronze Pleno (1700-1200 a.n.e). Foram recolhidos, para análise e datação por radiocarbono, diversos fragmentos de



carvão do enchimento da sepultura 5. Remetida amostra para datação por  $^{14}\text{C}$  convencional, ao Laboratório de Química do I.T.N., não foi o peso desta suficiente para o processo. Não foi possível, desde então, custear a datação por AMS.

### 5.1. O *Locus* – cores, formas, a eleição do espaço sepulcral.

As sondagens realizadas confirmaram serem as mamoa 1 e 2 da necrópole de Vale Feixe elevações naturais do terreno, pequenos cômodos boleados por erosão. Na implantação dos monumentos certamente terão sido relevantes as características topográficas do local, formas naturais eminentes que sugeriam mamoa e que, para realçar esse efeito, poderão ter sido artificialmente modelados. Fica a impressão, como em Atalaia (Parreira, 1998), de que na eleição do local foram conjugados o destaque natural do sítio com a intenção de monumentalidade dos elementos nele construídos.

Tais túmulos terão prolongado artificialmente as mamoa naturais que coroaram, denunciando um mimetismo não só da forma, mas também da ordenação e cores dos materiais geológicos existentes no sítio. Utilizaram-se, na base da construção, grauwagues cinzentos e xistos azuis semelhantes à rocha local que, à imagem desta, foram cobertos, ocultos, por capa de argila endurecida, provavelmente obtida a partir do próprio substrato geológico local. O quartzo leitoso, presente na forma de blocos rolados em redor dos *tumuli*, existe igualmente na geologia local, em veios emergentes da superfície do xisto grauwáquico. Estes elementos de cor branca poderiam destinar-se a realçar o destaque do conjunto, assinalando-o à distância, caso integrassem a superfície das mamoa; mas, efectivamente, não logramos encontrá-los *in situ* de forma a determinar seguramente a razão da sua presença no local. Reconstituindo os túmulos cobertos total ou parcialmente por esses reluzentes blocos brancos, como verificado em necrópoles da Idade do Bronze (ex. Alcária 1A, Ourique) ou mamoa megalíticas, eles tornar-se-iam, associados ao destaque altimétrico do local, mais salientes, mesmo à distância e por entre vegetação, na paisagem por exemplo, se avistados desde o Cerro do Castelo.

A peculiar morfologia curvilínea da zona da crista onde se implanta a necrópole e a relação espacial entre as três mamoa naturais que a compõem podem também ter influído na eleição do *locus*. O alinhamento norte-sul das mamoa 1 e 2 ocupa um ponto mais elevado da crista, que depois se desenvolve para sudoeste através da ligação, mais estreita, de cota inferior e onde existem sepulturas sem *tumuli*, até ao cômodo largo e elevado onde se assinala a presença do terceiro aglomerado de sepulturas que designamos mamoa 3. Este é o último ponto alto da cumeada (apenas dois metros mais baixo do que as mamoa 1 e 2), constituindo um pequeno esporão elevado, projectado da crista para sudoeste. Tal configuração é semelhante, a escala própria, à morfologia da área ocupada pelo Cerro do Castelo: crista elevada a nascente, que se desenvolve de norte para sul, conectada a esporão elevado a sudoeste (mas ligeiramente mais baixo

do que ela) através de uma ligação também estreita, de cota inferior a ambos, configurando uma planta conjunto também curvilínea. E se adicionarmos, à planta da necrópole, a eventual presença de sepulturas (que apesar de nos terem sido referidas, não identificamos) no esporão descendente que arranca da crista das mamoa 1 e 2 para noroeste, com isso incluíremos no “modelo” a última parte em falta do povoado – o patamar baixo a noroeste da crista alta. Tal sugere a consciência e, até, intencionalidade de reproduzir, à escala, o Cerro do Castelo no Cerro do Cemitério dos Moiros, como que um espelho do sítio dos vivos no sítio dos mortos, onde se colocaram de forma proporcional e com o mesmo ordenamento volumétrico (dimensões, alinhamento, relação altimétrica) os elementos que constituem o primeiro.

O sítio da necrópole parece, portanto, ter reunido diversos factores que determinaram a sua escolha: presença de saliências naturais convenientes à monumentalidade pretendida, reprodução à escala da fisionomia do povoado e, mais óbvio, a proximidade (700 m) e intervisibilidade para com este.

Este último aspecto parece também ter influenciado a disposição das sepulturas na necrópole. Apenas em uma (n.º 11), das três dezenas de referenciadas, se pôde reconhecer alinhamento aproximado a norte-sul, o que inviabiliza presumir relações com o arco solar ou outra forma de relação com os eixos cardeais, ou mesmo atribuir a tal facto conotações cronológicas (e.g. Gomes, 1995). Todas as demais sepulturas foram alinhadas sensivelmente a nordeste-sudoeste ou na perpendicular. Parece mais plausível que o alinhamento das sepulturas fosse relacionado com outros factores, celestes (como o ciclo lunar) ou paisagísticos. No seu território, o conjunto pré-histórico de que nos ocupamos configura um curioso alinhamento perfeitamente rectilíneo noroeste para sudeste, em que encontramos sucessivamente, nessa direcção, o Cerro do Castelo e o Cemitério dos Moiros de Vale Feixe, a Rocha da Hera e a necrópole do Monte das Mesas (cf. Fig. 2). Não existe, porém, relação visual entre os dois conjuntos, pelo que é difícil perspectivar se foi atribuído significado cultural a este facto.

Da necrópole de Vale Feixe, é na direcção noroeste que se situa o Cerro do Castelo, facto que potencia a possibilidade de relação efectiva entre os dois sítios, já sugerida pela proximidade: as sepulturas que ocuparam os topos das mamoa, teoricamente mais antigas na estratigrafia horizontal da necrópole, têm eixos maiores a aproximadamente NE-SO, e mesmo a mais periféricas (excepto um caso, alinhado a N-S) têm-na na perpendicular, com o que a grande maioria oferece sempre um dos lados ao povoado. Nas sepulturas, sem *tumuli*, distribuídas ao longo da curva da crista para sudoeste das mamoa 1 e 2, verifica-se mesmo uma ligeira rotação de alinhamento, pelo que os seus eixos maiores são sempre perpendiculares à direcção do povoado. Supondo a prática deposições primárias em decúbito fetal, a maioria dos inumados (incluindo os dos topos das mamoa 1 e 2, hipoteticamente “principais”) estariam voltados de frente ou de costas para o povoado do Cerro do Castelo. Todavia, não temos dados de natureza osteológica que suportem esta

suposição. Dada a variabilidade das dimensões das sepulturas/cistas e as características dos seus depósitos internos, é possível que se tivessem praticado rituais funerários diversos, como adiante alegamos, e não exclusivamente a inumação primária.

A proximidade da necrópole em relação ao povoado pode também ter sido utilizada de uma outra forma, além da possibilidade de inscrever as orientações das sepulturas alinhadas em relação a ele. Qualquer aproximação às mamoadas naturais e aos túmulos é feita desde baixo, o que parece ter sido conscientemente aproveitado para lhes conferir maior monumentalidade. Quem, vindo pelo melhor caminho praticável, que sobe pelo flanco nascente, chega à necrópole, da "entrada" pela portela mais baixa imediatamente a leste das mamoadas 1 e 2, estas parecem ser bem mais imponentes do que na realidade são. E, aí, da orla sul onde se encontram as primeiras (n.º 3, 4, 16) voltado-nos na direcção noroeste, para a zona de maior densidade de sepulturas, vê-se a silhueta ondulada das mamoadas gémeas a recortar o horizonte, com o Cerro do Castelo como pano de fundo. Ao articular, assim, o natural e o construído entre o primeiro e o segundo plano visual, a necrópole parece integrar um cenário planificado, em que simultaneamente é reforçada a sua própria monumentalidade e se fundem os sítios dos vivos e dos mortos na mesma composição (Vilhena, 2001; 2006).

## 5.2. A necrópole do povoado? Relações eventuais.

Mas, aparte a possibilidade sugerida pela hermenêutica sensorial, podemos de facto arqueologicamente relacionar o Cerro do Castelo com o Cemitério dos Moiros, ou vice-versa, nas dimensões tempo e espaço? Exactamente, em que medida se poderá perspectivar um sítio em relação ao outro?

Entre ambos existe uma efectiva proximidade (cf. Fig. 4). Na orografia acidentada da zona, um dos melhores acessos ao Cerro do Castelo, evitando o tremendo esforço de repetidamente descer e subir pelos córregos fundos, passa por aceder ao local da necrópole e daí percorrer a toda crista em ziguezague até ao povoado. Por este caminho, a aproximação ao povoado é feita precisamente por onde as suas "fortificações" são mais expressivas.

Entre a necrópole e o povoado existe uma relação visual óbvia, mas não exuberante. Ela é, antes, mais discreta, pois nenhum dos sítios constitui, actualmente referência paisagística dominante para o outro, embora no passado factores como vegetação, carac-

terísticas construtivas e marcas de presença humana (cores, fumos, sons) poderiam realçar qualquer um deles. Ambos, povoado e necrópole, oferecem mais projecção visual para o exterior. A visibilidade recíproca é efectiva, mas processa-se por janelas visuais, num olhar condicionado (Vilhena, 2006). Essa relação visual regulada, aliada a provável percurso de aproximação ao povoado e/ou circulação no seu território imediato, pode ter-se revestido de um carácter apotropaico, ou protector, não só perante o *outro*, mas também para a própria comunidade, como já foi sustentado para conjuntos calcolíticos e da Idade do Bronze do Sul português (Vilaça, *et al.*, 1999; Morán e Parreira, 2004).

Um aspecto particular pode apontar para o uso cultural, complementar ao funerário de monumentos funerários de Vale Feixe (Fig. 10). O grande vaso cilíndrico que foi depositado no anel exterior do *tumulus* da sepultura 4 parece ter consti-

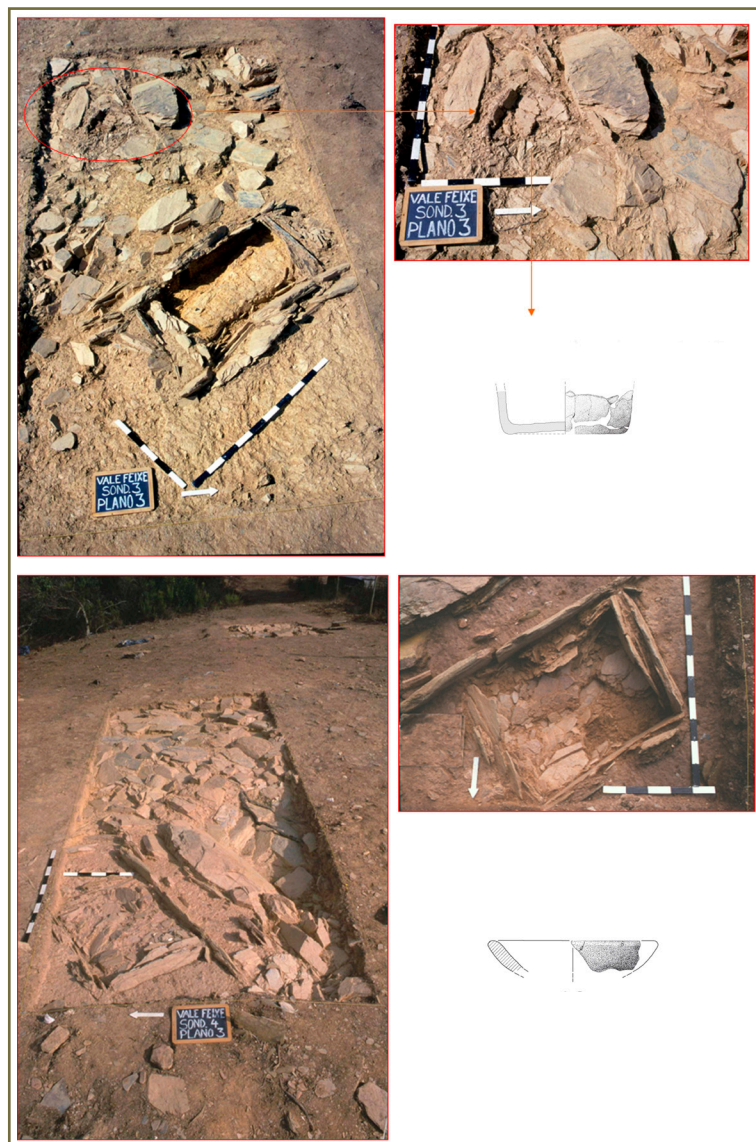


Fig. 10 - Cemitério dos Moiros de Vale Feixe: vistas gerais e pormenor de escavação das sondagens 3 (A) e 4 (B), com respectivos achados cerâmicos (fotos do autor, 2000, desenhos de Rita Teixeira)

tuindo, com o seu eventual conteúdo, uma oferenda secundária, ou, com a mesma probabilidade, um enterramento precoce em urna – nesta região, este ritual vai-se registar apenas no Bronze Final, a menos que, por hipótese, a presença da eventual urna fosse resultado do reuso do vetusto monumento funerário em finais do 2.º milénio/inícios do seguinte. Mas pressuponhamos que o vaso será coevo ou pouco posterior à construção do túmulo onde foi inserido e que este não data, todo ele, de finais do 2.º milénio a.n.e. (o que representaria um atavismo inédito de arquitectura funerária). Se centrarmos a atenção na sua posição no túmulo e atendermos às dimensões da peça, sobretudo à altura original estimada (o bordo poderia estar à cota da superfície do túmulo), bem como a maneira como foi colocada no monumento (ocupa um nicho preparado para o efeito no rebordo do túmulo, ou resultante de uma sua modificação posterior), ela pode ter servido como receptáculo de dádivas culturais, eventualmente acessível desde o exterior do *tumulus*. É de salientar que este eventual receptáculo se encontra num dos túmulos de “entrada” na necrópole, e que esta se situa num dos caminhos possíveis de acesso ao povoado.

Conjecturar uma intimidade entre necrópole e a ocupação do povoado de Vale Feixe baseando-nos na proximidade e na intervisibilidade entre ambos esbarra no desconhecimento absoluto da paleo-vegetação da área (Gillings e Wheatley, 2001). Nem a necrópole nem o povoado constituem a referente dominante no horizonte visual um do outro, nem essa relação é recíproca (a forma como cada um dos sítios vê o outro não é semelhante). Um bosque cerrado seria suficiente para cerrar a linha de visão. E devem-se ainda considerar que as espécies de arbustivas, apesar de porte menor, alteram sobremaneira a paisagem devido à sua dinâmica sazonal (Gillings e Wheatley, 2001). Se exploração agro-pastoril dos recursos na envolvente imediata e de média distância do povoado podem ter criado uma paisagem humanizada e relativamente aberta, o local da necrópole pode ter sido intencionalmente excluído da frequência humana quotidiana. Pelo contrário, à necrópole podem ter sido dados mais cuidados de “manutenção” e condicionamento da vegetação. A provável incorporação de quartzos brancos na arquitectura exterior dos monumentos e o destaque altimétrico destes apontam para que tenham sido, de facto, idealizados para serem facilmente identificáveis e visíveis.

Monumentalidade construída associada a eminências do terreno, proximidade, movimentação, visibilidade e mimetismo de formas, parecem pois ser traços distintivos da muito provável associação entre estes sítios dos mortos e dos vivos, e tal conjugação de factores terá sido deliberadamente procurada. Com esse ensejo de monumentalidade, pode-se também presumir um desejo de durabilidade dos monumentos funerários, mas também o seu uso ou frequência arrastado no tempo, eventualmente paralelo a toda a diacronia da ocupação pré-histórica do Cerro do Castelo.

É possível perspectivar o povoado de Vale Feixe como tendo ocupação habitacional no segundo milénio a.n.e., sem que se possa definir precisamente o seu âmbito cronológico antes de realizar escavações no sítio. A hipótese de existência povoamento em altura durante toda a Idade do Bronze foi colocada há já muito (Silva e Soares, 1981: 180; Parreira, 1983: 166-167), mas nunca foi, no Sul português, cabalmente demonstrada, pelo menos para o Bronze Pleno (Soares e Silva, 1998: 238; Senna-Martinez, 2002: 106), mesmo depois de tal ter sido (pouco) documentado na baixa Extremadura e Andaluzia ocidental (Pavón Soldevilla, 1998, 2004; García Sanjuán e Hurtado, 2004; Aubet, *et al.*, 1983).

Se sobre o sítio se tem registo de actividades conotadas com âmbito doméstico (cerâmicas de armazenamento e elementos de moagem) em áreas internas de dimensões consideráveis e ele ocupa uma elevação destacada, com acesso condicionado por um ponto que foi guarnecido de um precinto de possível função defensiva, reúne, formalmente, as condições para poder ser classificado de povoado fortificado. Mas, por outro lado, essas obras defensivas limitam-se à zona de acesso e aos flancos sul e nascente, não abrangem a totalidade do perímetro e deixaram desguarnecido (pelo menos, de vedações em materiais não perecíveis) o acesso pelo lado da Ribeira de Vale Feixe, obstáculo que não parece poder ter constituído por si só barreira suficiente para impedir o ingresso no povoado. Este pormenor torna questionável uma vinculação única do sítio a aptidões bélico-defensivas, embora se admita que possam ter sido um dos factores propícios à instalação. As características naturais deste espaço quase liminar, um povoado evidente em alto preeminente, íngreme e rochoso, aliadas à aposição de elementos arquitectónicos, revestiriam o sítio de grande significado monumental e, presume-se, durabilidade, pelo que decerto constituiu uma realidade polissémica, impregnada de uma carga simbólica que associaria os seus prováveis diversos papeis – sítio habitacional, defensivo, cerimonial, perene, referente paisagístico (Jorge, 1995; Vilaça, 2000). Mesmo depois de cessada a “habitação” do Cerro do Castelo, certamente ele ter-se-á mantido como referência no território do seu entorno, visíveis que seriam por muito tempo os restos, ainda que progressivamente arruinados, da transformação humana do sítio e incorporados em narrativas e mitografias locais, como acontece ainda hoje. Mas também é possível que aquele local destacado e singular pudesse ter tido algum tipo de frequência ou utilização, não necessariamente habitacional, coincidente ou não com os vestígios arqueologicamente detectáveis, motivado por um simbolismo tópico que pode ter antecedido (e justificado) a “ocupação” do sítio (Vilhena, 2006). Ele pode – especialmente o seu esporão sudoeste – ter sido, para as comunidades do segundo milénio a.n.e., aquilo a que M. Auge (1998) chamou “um lugar carregado de sentido” mesmo antes (bem como depois) de ter sido transformado num lugar propriamente “antropológico”. Local com que a necrópole vizinha se relacionaria, estivesse ou não já (ou ainda) ocupado em permanência por pessoas.



A construção da necrópole do Cemitério dos Moiros datará do Bronze Pleno, pois ela enquadra-se na mesma família de monumentos funerários de onde foram obtidas diversas datações de radiocarbono calibradas com valores coerentes que as situam em utilização anteriormente a 1500 a.n.e. Mas grandes conjuntos monumentais desta natureza podem ter tido uma ampla diacronia de uso, como patente em Atalaia, onde surgiram sepulturas com pontas de tipo Palmela a par de outras, integradas em encançados de túmulos, que ofereceram cerâmicas de inequívoca filiação no Bronze Final (Schubart, 1965) – se bem que esta última utilização possa ter resultado mais de um reuso pontual, à imagem da reutilização no mesmo período de monumentos megalíticos próximos (Nora Velha 1, Cerro das Antas).

A presunção de durabilidade no caso específico da necrópole de Vale Feixe, que lhe é conferida pela própria monumentalidade e aspecto maciço dos túmulos, pode também ser correlacionada com o ritual funerário praticado. As suas sepulturas têm dimensões que, ainda que algo díspares (entre 0,3 x 0,8 e 0,5 x 1,5 m), permitem avarer como mais comum a deposição de inumações primárias, nas posições distendida ou contraída, mesmo que apenas de crianças nas menores. Mas algumas anomalias verificadas induzem a que outras práticas funerárias possam ser equacionadas. A cista n.º 5 apresentou óbvios sinais de perturbação de parte do conteúdo funerário – encontraram-se, desordenados, pequenas esquirolas de osso e apenas dois fragmentos pequenos de cerâmica, embora se possa afirmar, com grau razoável de confiança estratigráfica, que estava selada pela cobertura mista de lajes e barro. E a presença de carvões indica-nos a prática de algum tipo de ritual que envolveria o uso de fogo, fosse cremação completa ou parcial, descarnação ou purificação da câmara funerária, como documentado já em contextos megalíticos oeste-peninsulares (Rojo e Kunst, 2002; Weiss-Krejci, 2005). E existem sepulturas em diversas necrópoles do Bronze da região onde também foi assinalada a presença de carvões: Atalaia, Corte Cabreira, Odemira e Milfontes, embora estas observações nunca tenham sido sistematizadas (Schubart, 1965; Gamito, 2004; Veiga, 1891: 141).

É recorrente a ausência ou escassez (valor médio de apenas c. 10%) de ossadas detectadas em necrópoles do Bronze do Sudoeste peninsular (García Sanjuan, 1994). Tal perda dos restos biológicos é normalmente relacionada com a acidez natural dos solos (Manuel-Valdéz, 1995), onde a própria putrefacção dos cadáveres inumados incrementaria a acidificação do interior das câmaras (Jimenez, 2002-2003), ou como resultado das alterações micro-geoclimáticas causadas por violações ou outras formas de perturbação de sepulturas.

Na região e no período que analisamos, também tem sido tradicionalmente admitida, exclusivamente, a regra da inumação primária individual (e.g. Jorge, 1999: 86). Mas, recentemente, tem-se vindo a alertar para o facto de que os rituais funerários da Idade do Bronze devem ser perspectivados na sua diversidade e que, conseqüentemente, a sua visibilidade arqueológica será múltipla (Vilaça e Cunha, 2005). En-

terramentos múltiplos, em conexão (até quatro indivíduos) ou apenas de partes anatómicas (sobretudo crânios) foram assinalados em cistas de diversas necrópoles no entorno regional de Odemira, do Barrocal Algarvio (Vinha do Ca-são, Campina, Alcaria do Pocinho, Mau Dinheiro) ao Baixo Alentejo central (Ulmo, Medarra) e litoral (Quitéria). Pese embora o número de ocorrências, que consideramos significativo, normalmente tomaram-se estas últimas práticas como excepcionais. Mas os registos desses costumes culturais também já foram considerados como evidências da utilização repetida de cistas ou de que estas poderiam eventualmente ter funcionado como ossários (Gomes, *et al.* 1986: 85).

Para o contexto Bronze Final do Ocidente europeu, observou-se (Brück, 1995; Bradley, 1996) que, de alguma forma, ossos humanos parecem ter circulado entre os vivos, como se havia feito até ao 3.º milénio a.n.e., sendo posteriormente redepósitos nos seus contextos originais, ou em outros locais. Para nós (e.g. Vilhena, 2006; Vilhena, 2008), poderão ser a mobilização pós-deposicional ou transladação de ossadas e/ou o reuso de sepulturas, razões da contradição de a cista 5 de Vale Feixe se ter mantido selada por laje de cobertura mas apresentar óbvios sinais de perturbação de parte do conteúdo funerário, nomeadamente inexistência de vestígios osteológicos ou cerâmicos consideráveis.

É, portanto, possível perspectivar que podem ter sido praticados rituais ou cerimónias que implicassem a abertura pontual ou cíclica de sepulturas, fosse para o seu simples reuso, i.e. colocação de novos "enterramentos" (e não necessariamente para deposição de inumações primárias ou sequer completas), fosse devido a remobilização de (partes de) ossadas para a circulação cultural/cerimonial, como relíquias, entre os vivos (Vilaça, 2000; Weiss-Krejci, 2005). Isto não só seria consentâneo com a utilização de determinadas cistas – com maior probabilidade aquelas providas de estruturas envolventes mais monumentais – como ossários, sacrários ou relicários, como possivelmente significaria um uso funerário e frequência de cada monumento da necrópole bem mais duradouro do que normalmente suposto, eventualmente, paralelos à habitação ou frequência do povoado homónimo, como sugerido pela monumentalidade de ambos. Perante esta hipótese, cabe a possibilidade de a decomposição inicial de alguns cadáveres se ter processado noutros locais, sendo os restos descarnados (ou parte deles) posteriormente depositados em cistas integradas em necrópoles (Vilhena, 2006). Quais?

## 6. Nos recessos profundos de um vale – as gravuras rupestres da Rocha da Hera e sua interpretação.

### 6.1. O ambiente exterior e implantação na paisagem

O sítio 'dos *mouros*' subterreos a que nos referimos no início deste texto é a pequena cavidade aberta na parede rochosa

de Rocha da Hera<sup>15</sup>, que nos foi referida como sendo a morada da capciosa “vizinha” da lavradora da Tamanqueira que se veio a revelar uma moura encantada, como encantado era também o seu marido meio-homem, meio-lagarto.

A Rocha da Hera situa-se na base de um grande cerro alongado, isolado por córregos e barrancos, que se eleva à cota aproximada de 146 m. Na sua crista, a cerca de 200 m em linha recta para sudoeste do abrigo, encontra-se a necrópole de cistas do Monte das Mesas, presumivelmente também da Idade do Bronze (Fig. 11). Ainda que localizada no topo, bem visível na envolvente, do local não se tem relação visual nem com o abrigo, demasiado abaixo na encosta, nem com o conjunto de Cerro do Castelo e necrópole de Vale Feixe (que distam, respectivamente, 2100 e 1400 metros para noroeste). Reconhecem-se na necrópole de cistas do Monte das Mesas quatro sepulturas, duas das quais são de tipo cista, uma delas ainda em 1995 (ano de identificação) com vestígios de um provável *tumulus* de moldura circular, composta de lajes de xisto colocadas na horizontal. Têm as cistas dimensões de 0,7 x 1,5 m., com o eixo maior na linha norte-sul, sendo embebidas em fossas escavadas na rocha base cujas paredes foram revestidas por lajes de xisto. Estas cistas distam entre si cerca de 20 m. Uma delas foi escavada, segundo informação do morador do Monte das Mesas, por «um professor de Odemira» sensivelmente há 20 anos, que dela terá recuperado um machado de cobre ou bronze. As terceira e possível quarta cistas são identificáveis no terreno por lajes de xisto fincadas com a mesma orientação. Não detemos elementos que permitam datar esta necrópole. Nela apenas se recolheu, à superfície, um informe fragmento de cerâmica de fabrico manual obtida por cozedura oxidante. À imagem do que se referiu a propósito das sepultura de Vale Feixe, a alinhamento no sentido norte-sul das do Monte das Mesas pode significar uma maior antiguidade relativa na Idade do Bronze (Gomes, 1995), mas tal proposta não tem aceitação unânime (Parreira e Barros, 2007: 93), visto ser também admissível uma cronologia já da I Idade do Ferro para as sepulturas em cista, quer no Algarve, quer no Alentejo litoral (ex. Gaio, Sines).

Em situação diametralmente oposta à necrópole do Monte das Mesas, no fundo do vale e sem qualquer tipo de destaque paisagístico, está o afloramento que incorpora a Rocha da Hera, cuja cavidade central foi esporadicamente utilizada como abrigo de pastor. A razão do topónimo deve-se ao facto de a parede rochosa, com cerca de 15-20 m de extensão na base e 5-6 m de altura, se encontrar parcialmente coberta

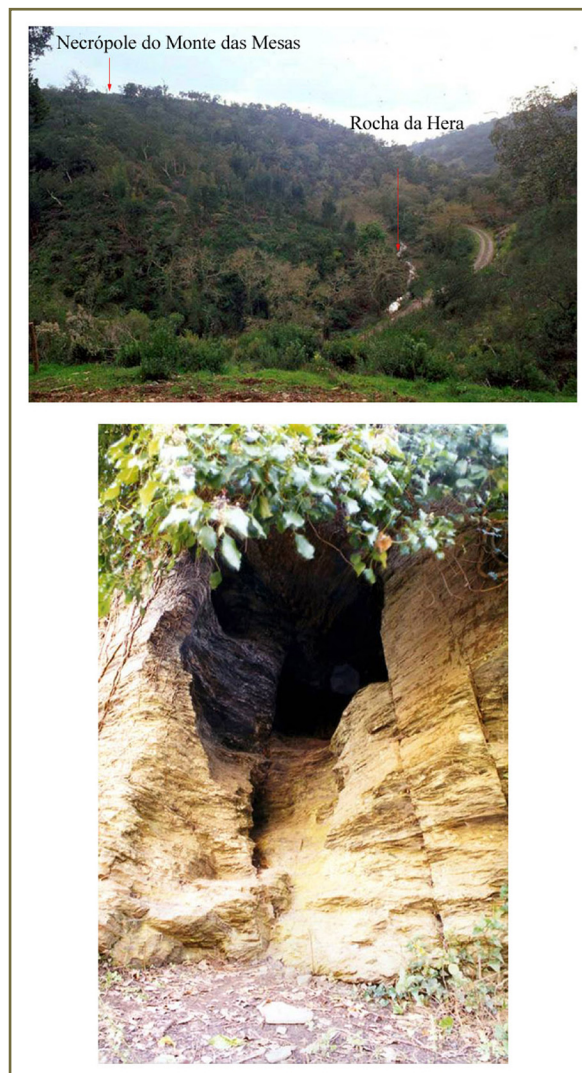


Fig. 11 - Implantação espacial da Necrópole do Monte das Mesas e da Rocha da Hera (em cima) e aspecto da entrada da cavidade rochosa (em baixo) (fotos dos autores, 2000).

por uma velha hera (*hedera helix*) que cai como uma cortina sobre a entrada da cavidade e sobe a algumas árvores da frondosa galeria ripícola, reforçando o ambiente de penumbra do fundo do vale. A própria parede rochosa, voltada a norte, nunca é iluminada directamente pelo sol – é uma *umbria*. Espécie arbustiva espontânea e autóctone, a hera prolifera em ambientes húmidos e caracteriza-se por uma folhagem

15 - A existência do abrigo de Rocha da Hera foi-nos indicado em finais 1999 pelo senhor José Penetra, morador na povoação de Taliscas, mas só em Setembro de 2000 nos foi possível visitar o local munidos de lanternas e consequentemente identificar os painéis decorados, o que constituiu uma relativa surpresa, dado que não só não eram conhecidos registos de arte rupestre figurativa na região, como não existiam quaisquer referências orais à sua existência. Verificou-se, então, o estado fragmentário de lâminas superficiais de xisto, que se desfaziam ao contacto físico, sendo evidente que a sua frequência por caprinos do rebanho local poderia ser prejudicial à integridade dos painéis. Tais ameaças mostravam a premência da realização do registo gráfico das gravuras rupestres, projecto dirigido por um de nós (LBA) e realizado no Outono-Inverno de 2000/2001, tendo sido complementado com o levantamento topográfico do abrigo e da área da necrópole de Mesas. O registo foi realizado mediante decalque integral dos painéis decorados sobre película de polivinilo transparente sobreposto directamente à superfície decorada e complementado com fotografia de pormenor das gravuras e painéis. Participaram nos trabalhos, além dos autores: Fernando Henriques (arqueólogo), António Bairinhas (desenhador, fotografia), Miguel Gonçalves (geólogo) e Rebeca Nores González (técnica de Conservação e Restauro), e os topógrafos José Filipe Sousa e Élia Guerreiro (C.M.O) e Armando Guerreiro. Temos em preparação a publicação de estudo monográfico sobre as gravuras rupestres da Rocha da Hera.

perene de tonalidade verde-escura intensa e por uma grande longevidade, que pode ser superior a 400 anos (Bollinger, *et al.*, 1994: 156). Sendo uma planta que se mantém no mesmo local durante várias gerações, não é de estranhar que a sua presença reforce a singularidade do local.

Não são negligenciáveis na zona os afloramentos rochosos modelados pelos percursos sinuosos das águas, mas poucos se assemelham à Rocha da Hera. A parede de xisto sobe a pique desde o leito do barranco, com vários balcões horizontais e palas salientes logo acima da face vertical, antes da encosta encontrar o mesmo declive médio dos cerros envolventes, coberto por finos depósitos de vertente, até ao topo do cabeço. É no troço mais linear da parede que se formou, por acção erosiva do antigo leito do barranco, a cavidade natural em cujo interior se encontram painéis decorados com gravuras filiformes Pré/Proto-históricas.

O espaço concoidal abre-se a pouco mais de um metro acima da base da parede de rocha, onde encosta o solo acumulado por uma sucessão de escorrências da vertente e depósitos aluvionares. Visto da margem oposta, o abrigo é parcialmente ocultado pelas heras que pendem do maciço, pelo que a sua presença passa despercebida. O interior é completamente obscuro, não se percebendo do exterior a sua real dimensão. Vista de frente a entrada do abrigo tem o aspecto de uma fenda vertical, em forma de losango estreito, semi-oculto pela sombra da encosta, do arvoredado e das heras, que lhe conferem um aspecto vulvar (Vilhena 2006). Na parede exterior, de ambos os lados do abrigo, existem pequenas cavidades originadas por processo formativo similar, as já referidas janelinhas da "casa dos *mouros*".

O leito normal do barranco da Tamanqueira, cujo caudal tem grande variação sazonal, está cerca de 2 m abaixo da base da entrada do abrigo. Durante as súbitas cheias inverniais, pode passar, em pouco tempo, de sereno regato a uma torrente revolta com 2 m de profundidade e 6 m de largo; porém, mesmo nas cheias de dimensão secular, como a de Novembro de 1997, a água não chega a entrar no espaço concoidal, elevado cerca de 1,70 m do solo. Alcançar o abrigo pressupõe percorrer as margens e/ou atravessar o barranco, sendo que o nível das águas condiciona fortemente o acesso nos meses de Inverno quando a ribeira corre caudalosa.

## 6.2. O interior do abrigo e a visualização das gravuras rupestres

O espaço concoidal no interior do abrigo tem uma profundidade de 2 m, largura máxima idêntica e altura de 1,5 m. A secção longitudinal tem forma em ângulo agudo, aberto para o exterior e a secção transversal em arco de círculo (Fig. 12). A planta do interior tem contorno sub-trapezoidal. As paredes internas exibem pequenas bancadas que seguem a xistosidade da rocha, tornando-as algo irregulares. Estas formas são parcialmente boleadas por acção da erosão eólica, mas existem várias banquetas e reentrâncias no interior da cavidade, em virtude da disposição oblíqua das folhas do xisto. O acesso às superfícies decoradas que alberga requer há-

beis e expeditos movimentos corporais e algum esforço físico. Após escalar a superfície vertical que se ergue junto à base do abrigo, alcança-se o espaço concoidal com chão muito inclinado para o exterior. Daqui observam-se pormenores do corpo rochoso onde se lavraram as gravuras. A erosão natural provocou, em vários sectores das paredes e tecto, deslocamentos horizontais das quebradiças folhas de xisto. Na parede do fundo, de volumetria irregular, a erosão também modelou pequenas cavidades e reentrâncias. Apreciavam-se também *nuances* significativas na textura, dureza e cor do suporte. A zona superior do abrigo apresenta pequenas superfícies apaineladas, de coloração cinzenta escura, cuja constituição micácea lhe confere um certo brilho quando iluminada. As restantes superfícies, mais erodidas, oferecem tons de cinza com gradientes acastanhados e azulados.

O tecto, cuja visualização obriga a que o observador se acomode numa desconfortável posição, acorçado, sentado ou preferencialmente deitado, ostenta um pequeno painel onde sobressai uma figura antropomórfica emersa numa emaranhada trama de signos lineares. Este é ladeado por outras superfícies onde surgem, dispersas, outras finas incisões. Esta sucessão de superfícies apaineladas criadas pela laminação horizontal do xisto no tecto designámos Painel 1, no qual uma observação mais atenta permite identificar ainda um segundo antropomorfo, toscamente elaborado.

No Painel 1 considerou-se como sector central a superfície lisa que se destaca suave e discretamente do suporte e comporta uma intrincada concentração de finas incisões rectilíneas, no seio das quais surgem figuras circulares, ovais ou oblongas de reduzidíssimas dimensões (entre 2 e 5 cm) e toscas cadeias espiraladas. Estes signos geométricos lineares não parecem apresentar coerência compositiva, antes preenchem o espaço operatório, formando o leito sobre o qual foi lavrada a figura humana de pendor esquemático-linear que parece ressaltar da superfície rochosa quando visualizada sob iluminação artificial. Os seus contornos são definidos por incisões apostas paralelamente e os sulcos obtidos mediante incisão e abrasão de instrumento de ponta aguçada, arrastado no sentido longitudinal, através de movimentos firmes, pese embora as dificuldades físicas impostas pela posição contorcida do executor no acto de gravação. A cabeça da figura foi obtida por forte e único puncionamento ou percussão. Os membros e extremidades superiores assim como as extremidades inferiores são gravados mediante incisão mais fina e superficial. De facto, as últimas são representadas por apêndices lineares divergentes que apresentam desenvolvimento tendente a uma menor espessura até se diluírem na superfície da rocha.

Surge, assim, como uma representação de figura humana que parece flutuar sobre a superfície rochosa, de pernas afastadas, braços e mãos abertas, esquematizadas, tais como os pés, através de um leque de linhas divergentes.

À direita, separado deste sector por pequena quebra em soalco da superfície, surge nova área de concentração de signos geométricos lineares dispostos desordenadamente, mas à esquerda do sector central, numa pequena área oblonga



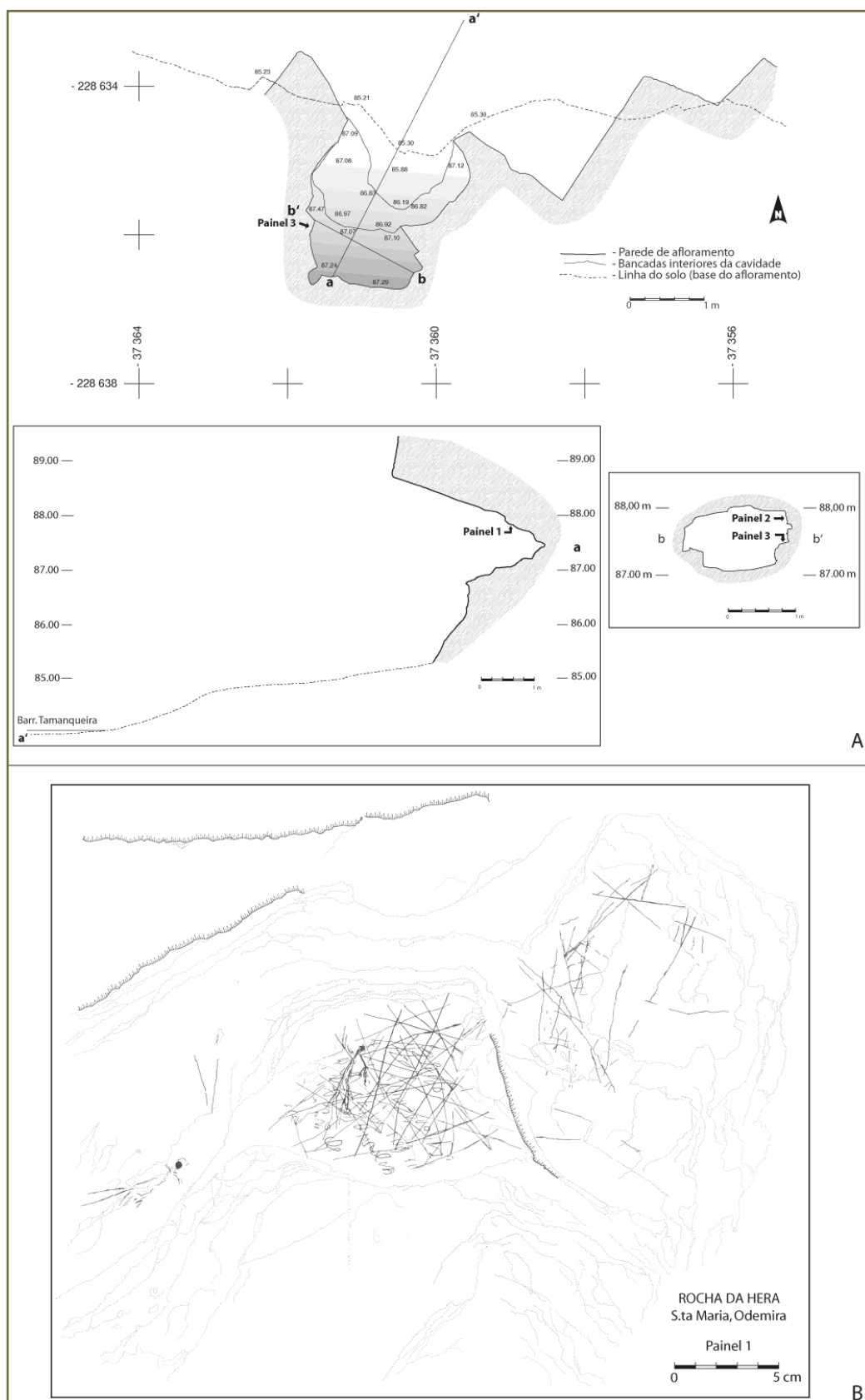


Fig. 12 - Rocha da Hera. A. Planta do abrigo, secção longitudinal (a-a') e secção transversal do espaço concoidal interno (b-b'). B. Representação gráfica do Painel 1. Note-se, no sector central, a figura humana lavrada sobre um leito de incisões lineares.

definida por fissuras naturais, observa-se uma segunda figura antropomórfica de tipologia análoga à anterior, cuja elaboração aproveita e integra acidentes naturais do suporte (Fig. 13). As formas esculturais próprias da rocha terão certamente sugerido ao executante o contorno prévio do motivo, às quais bastou acrescentar pormenores anatómicos: dois pares de finas e pequeníssimas linhas incisas, dispostas perpendicularmente ao corpo da figura delineiam os membros superiores; a cabeça, definida por uma concavidade de contorno sub-circular obtida por picotagem e abrasão, é encimada por ténues traços que definem figura sub-trapezoidal apenas ao lado superior da concavidade em jeito de chapéu; o tronco é sugerido pelas *nuances* naturais do relevo da rocha e truncado por uma incisão mais profunda, de molde a reforçar o prolongamento do membro inferior esquerdo, do qual partem

### 6.3. Asserções e interpretações.

A Rocha da Hera abriga vestígios de arte rupestre de difícil atribuição crono-cultural porque integrável num horizonte estilístico que carece ainda de sistemática e aturada investigação no contexto europeu e, sobretudo, peninsular. As características técnicas e estilísticas das gravuras rupestres presentes nas paredes e tecto do abrigo facultam uma inserção, ainda que prudente e apriorística, no fluido universo da denominada Arte Esquemático-Linear. Os argumentos inferidos para sustentar esta hipotética atribuição poderão não ser os mais sólidos, visto estarmos perante figurações com poucos paralelos conhecidos, designadamente no que se refere às figuras antropomórficas. Torna-se de certa forma cómoda esta afectação a um fenómeno plural e de contornos tão permeáveis mas

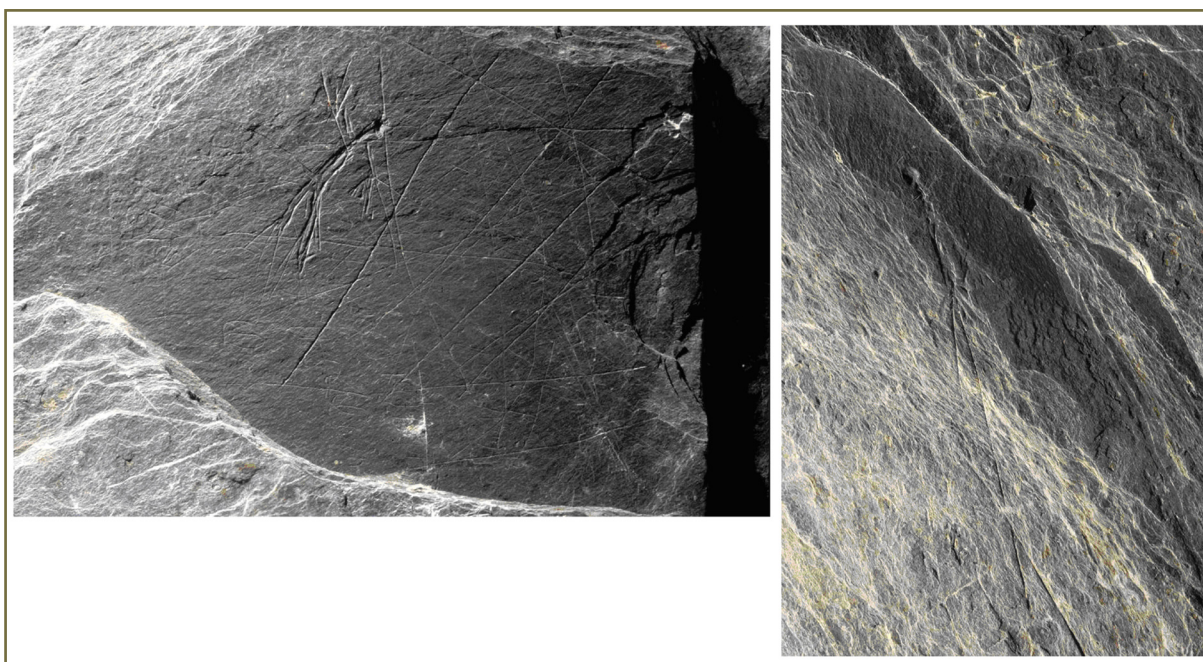


Fig. 13 - Rocha da Hera. Figuras antropomórficas do Paineil 1 (fotos dos autores, 2000)

três linhas rectas, o membro inferior direito é sugerido pela morfologia do suporte, ao qual são acrescentados três pequenos traços divergentes, a assinalar as extremidades em leque à imagem do antropomorfo do sector central.

Junto ao topo da parede do lado direito de quem entra, a oeste, num friso vertical de contorno sub-rectangular, relativamente iluminado pela luz natural, que se designou Paineil 2, observa-se um sulco vertical de gravação profunda com secção transversal em V, rodeada por algumas linhas rectas filiformes, que configuram um signo cruciforme. Um pouco mais abaixo nessa mesma parede, num pequeno degrau ou ressalto na parede de xisto – Paineil 3 – ocorrem sulcos incisos de tendência rectilínea, dois dos quais convergentes num ponto.

vai ao encontro da sua própria definição. Aquela designação foi adoptada por investigadores que se debruçaram sobre um conjunto, algo eclético, de gravuras filiformes de Mont Bégo (Sul de França), no sentido de lhes conceder um certo ordenamento num quadro temático-conceitual, individualizando-o do grande ciclo artístico preconizado pelas gravuras, obtidas mediante a técnica do picotado, datáveis dos períodos do Neolítico e Calcolítico (Abélanet, 1976).

É, no entanto, uma asserção que abarca um complexo e multifacetado grupo de manifestações, coligadas sob a égide de uma certa coerência estilística e temática. Abélanet (1976: 138) esclarece que a Arte Esquemático-Linear, embora caracterizada pela utilização sistemática de uma técnica de incisão com recurso a instrumento de ponta aguçada, é sobretudo definida por uma temática não figurativa, onde predominam os signos simples e formas de geometria elementar, com ocasionais figurações humanas e de animais. Cingindo-nos à técnica

de execução, os horizontes são demasiado amplos visto que a emergência das gravuras filiformes se reporta ao Paleolítico Superior e surge até à Época Contemporânea, embora se possam definir, no contexto da arte do pós-glaciar peninsular (e em ambientes geológicos que favorecem a sua aplicação) ciclos maiores de utilização desta técnica, muitas vezes aliada à abrasão, no Bronze Final, e é quase exclusiva na Idade do Ferro. Apresentam menor expressão nas tradições Neolíticas e Calcolíticas em formações rochosas naturais. Por seu lado, a representação de figuras humanas e de animais parece não obedecer a estereótipos, como sucede, por exemplo, com os ideomorfos do repertório figurativo da Arte Esquemática peninsular ou os antropomorfos figurados nas cenas mitográficas da Idade do Ferro, que comportam maior homogeneidade estilística. Contudo, na chamada Arte Esquemático-Linear os antropomorfos apresentam certos traços característicos: há uma certa preocupação em representar as extremidades dos membros superiores e inferiores, tendencialmente figuradas em leque ou formato de "pés de galinha".

No entanto, partindo de uma atribuição generalista, o estudo destas manifestações sob perspectivas que ultrapassem a simples análise formal de motivos individuais, poderá determinar a existência de outros vectores de afinidade que favoreçam a definição de horizontes mais específicos, sobretudo se vinculados a âmbitos regionais, neste caso, o Sudoeste Peninsular. Lançam-se nesta síntese algumas ideias para a contextualização das gravuras rupestres da Rocha da Hera que visam articular a análise formal do repertório iconográfico com aspectos relativos à experiência física do local onde se encontram, às formas de percepção sensorial das gravuras, bem como à orquestração das grafias no(s) espaço(s) operativo(s) do suporte. Tal permite aproximarmo-nos de

esquemas comportamentais perante o suporte.

A Rocha da Hera é o único abrigo com arte rupestre conhecido até agora no sudoeste alentejano, e as suas gravuras, sobretudo as figurações antropomórficas, têm escassos paralelos conhecidos. Nelas, há dois traços claramente distintivos: as extremidades dos membros figuradas em leque e a cabeça aberta por percussão distinguindo-se assim da técnica de execução das restantes partes do corpo. Embora não se tratem de tipologias frequentes no repertório iconográfico da arte do pós-glaciar, foi recentemente dada à estampa, no âmbito da publicação da hoje submersa estação de arte rupestre do Molino de Manzánuez, no vale do Guadiana, uma representação com atributos formais em tudo similares às tipologias presentes na Rocha da Hera. Localiza-se na estação CCCXLV - "La Madre del Cordero" e é figuração única no Paineil 3, apenas acompanhada por segmentos rectilíneos incisos não figurativos que se estendem aos painéis adjacentes (Fig. 14). Assinala-se a presença de uma "cena de equitação" da Idade do Ferro de feição naturalista numa rocha da estação XI do sector "Molino", o que serve de referência ao autor para a atribuição, com reservas, de uma cronologia análoga ao antropomorfo linear do Paineil 3, tipologicamente distinto (Collado Giraldo, 2006: 447-448). Com dimensões de 8,5 x 5,5 cm, a oxidação interna do sulco, similar à da superfície rochosa, não indicia acentuada modernidade. As características técnico-morfológicas desta figura aproximam claramente do antropomorfo do painel central da Rocha da Hera: a cabeça aberta por picotado mediante golpes que descrevem um ponto redondo, o corpo linear com a representação das extremidades superiores e inferiores ramificadas de forma a representar os dedos das mãos e dos pés. (Collado Giraldo, 2006).

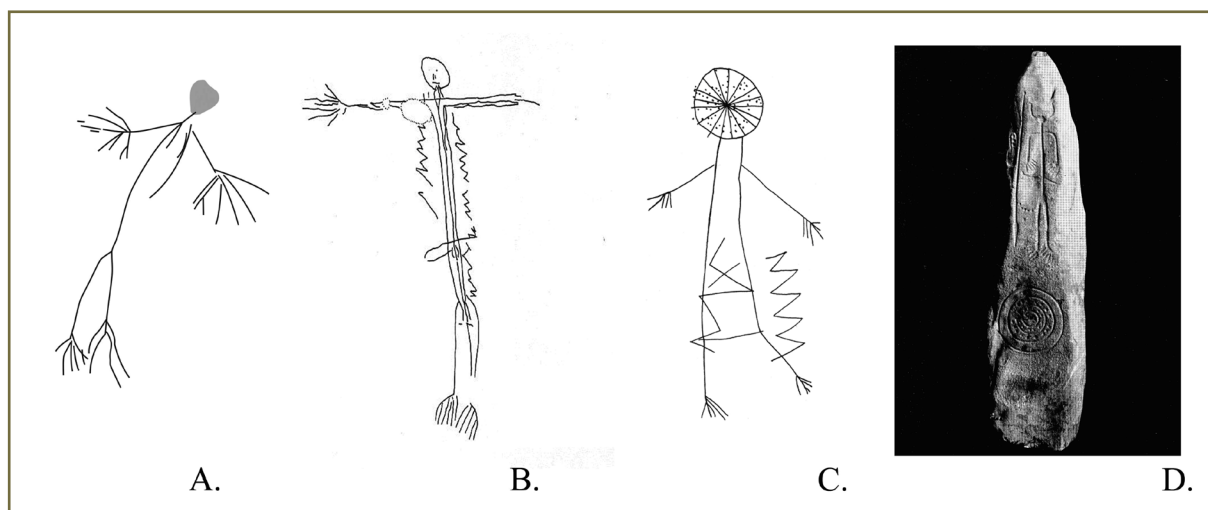


Fig. 14 - Exemplos seleccionados de gravuras antropomórficas de feição esquemático-linear em formações rochosas naturais com representação das extremidades dos membros superiores e inferiores e figura humana em estela do tipo 'estremenho'. A. Moinho de Manzánuez (Alconchel-Cheles, Badajoz). Estação CCCXLV "La Madre del Cordero", Paineil 3. Dimensões: 8,5 x 5,5 cm. (Collado Giraldo, 2006: 447); B. Aguaita 7 (Mourão, Évora), motivo 45. Dimensões: 18 x 14 cm. (Alves, 2001a); C. Peyra Escrita (Formiguère, França). Dimensões: 19 x 10 cm. (Abélanet, 1986: fig. 67.2); D. Estela de Magacela (Serena, Badajoz). Dimensões da estela: 1,42 x 0,35 x 0,32 m. (Almagro, 1966: Lãm. XIX).



Embora se possam aportar outros paralelos formal e/ou geograficamente mais ou menos distantes (embora não tão claros como o de Molino de Manzanérez) e cuja enumeração ultrapassa o espectro do presente texto, assinalamos apenas a presença na Cueva de las Salinas de San Esteban de Gomaz, em Sória (Espanha) de um antropomorfo estilizado, aparentemente acéfalo, cuja morfologia ao nível da curvatura e desenvolvimento do corpo, afastamento dos membros inferiores e representação das suas extremidade em leque (Gómez-Barrera, 1999: 46-47) recorda os exemplares da Rocha da Hera. Surge numa pequena cavidade com uma altura máxima ao solo actual de cerca de 1m, profusamente decorada com figurações humanas e animais que são, para Gómez-Barreira, de problemática atribuição crono-cultural (1999: 112-114).

Como se disse acima, em termos da sua implantação, a Rocha da Hera surge como um local "ausente" na paisagem circundante, que abriga pequenas figurações incisas, impossíveis de visualizar a partir do exterior. São apenas discerníveis após vencer o obstáculo físico da entrada e a penumbra que reside no interior. Assim sendo, a oclusão e consequente inibição do impacto visual destas gravuras é, sem dúvida, intencional e figura como um dos elementos mais característicos da arte rupestre lavrada através de traços filiformes.

Aliás, observações similares foram realizadas num sítio de arte rupestre de ar livre na margem esquerda do Vale do Guadiana, Agualta 7 (Mourão) onde também surge um antropomorfo estilizado com as extremidades delineadas por finos sulcos inserido numa intrincada e complexa composição de gravuras incisas (Fig. 14). Esta rocha insculturada encontra-se dissimulada entre poderosos afloramentos de xisto e oferece motivos figurativos de dimensões muito reduzidas que são apenas perceptíveis a escassos centímetros da superfície e despontam de manchas densas de sulcos lineares sobrepostos (Alves, 2001a). No entanto, por ocuparem posições pouco destacadas ou dissimuladas na paisagem, estas superfícies passam facilmente despercebidas, pelo que, cremos, o acesso à iconografia seria restrito, excluído a quem não tivesse conhecimento da sua existência.

Há também, em muitos destes conjuntos, uma incontornável e estreita relação com o elemento água, ligação também descortinada em relação às grutas com depósitos culturais ou funerários do Bronze Final em contextos mais meridionais (Gomes e Calado, 2007).

Relativamente aos atributos endógenos da Rocha da Hera, a disposição dos painéis decorados no interior da cavidade e das próprias figuras no espaço disponível do suporte terá obedecido a pressupostos criteriosos. Embora o abrigo apresente superfícies degradadas que poderão eventualmente ter guardado outras inscrições, a decoração parece concentrar-se em zonas muito específicas, disposta de forma a interagir intimamente com a morfologia do suporte. Afigura-se-nos que a gravação do antropomorfo do painel central seja relacionável com o substrato de sulcos lineares que confere à composição um efeito visual notável. Se vista sob luz rasante artificial, mesmo que ténue (como a gerada

por tochas ou outros dispositivos antigos), esta disposição impõe que a figura humana ganhe destaque num ambiente quase inebriante. Provida de um acentuado dinamismo conseguido pela torção do corpo e pelo recurso à sua representação através de linhas paralelas, ela parece flutuar sobre a superfície da rocha, ou preconizar uma queda, no vazio. Tal como o antropomorfo que o ladeia, não se insere em qualquer ambiente cénico, surge isolada, suspensa, sobressaindo do tecto. Este aspecto é acentuado pelo afastamento dos membros e das suas extremidades.

Em suma, na análise das figurações *de per se*, são poucos os argumentos que sustentam a sua atribuição ao final da Pré-história, mas há um conjunto de indícios que cumulativamente concorrem para uma cronologia de entre meados/finais do 2.º milénio a.n.e. e meados do seguinte:

- 1) o contexto arqueológico onde se insere, no sopé de um cerro com necrópole de cistas;
- 2) O carácter singular da cavidade, dissimulada na paisagem em que, para alcançar o seu interior, é preciso ultrapassar sucessivas barreiras: conhecer a sua localização, atravessar a ribeira, escalar o abrigo e "saber ver" as gravuras;
- 3) a íntima relação entre as gravuras e as propriedades físicas do suporte, nomeadamente o aproveitamento de elementos naturais do xisto para 'delinear' uma figura humana, aspecto que é mais característico da arte Pré e Proto-histórica do que da arte popular moderna ou contemporânea;
- 4) os antropomorfos da Rocha da Hera apresentam características particulares que os distanciam morfologicamente quer das figurações humanas ideográficas da Arte Esquemática, quer das representações antropomórficas patentes nas narrativas mitológicas da II Idade do Ferro, de pendor mais naturalista, remetendo-nos portanto para um conjunto eclético que urge sistematizar. A representação gráfica das extremidades dos membros em motivos antropomórficos parece começar a generalizar-se sobretudo em contextos da Idade do Bronze Final, prolongando-se por época proto-histórica. Assinala-se já em algumas estelas decoradas de tipo estre-menho, datáveis da transição entre os 2º e 1º milénios a.n.e. (Almagro Bash 1966; Celestino Pérez, 2001) (Fig. 14).

#### 6.4. Morte escondida, memória ostentada.

Todas estas observações parecem indiciar a existência de uma íntima relação entre as gravuras rupestres da Rocha da Hera e as propriedades físicas do espaço interno – a selecção de superfícies específicas, a oclusão das pequenas gravuras na penumbra do abrigo e mesmo o aproveitamento de acidentes naturais da rocha para a elaboração de motivos figurativos. Encontra-se bem documentado, em escritos de âmbito antropológico e etnográfico sobre as 'origens' da arte rupestre fora da Europa Ocidental, que o significado simbólico de determinadas formações naturais na paisagem é materializado através da aposição de gravura ou pintura de signos abstractos e/ou figurativos sobre as superfícies das mesmas. O simbolismo decorre da convicção, ou da crença de que a superfície rochosa seria uma barreira permeável de

contacto com um mundo transcendental, sobrenatural (e.g. Whitley, 1998). Na Rocha da Hera, a sugestão provocada pela forma vulvar que a fenda oferece ao exterior não terá sido ignorada e induzem-nos também para as escatologias alusivas à morte e ao (re)nascimento.

O carácter singular do abrigo húmido e a sua implantação dissimulada na paisagem, em que para alcançar o seu interior é preciso ultrapassar sucessivos obstáculos, apontam para que se tenha eleito um lugar rodeado de barreiras cumulativas e, por isso, provavelmente restrito a uma frequência trivial. O próprio posicionamento da arte no interior do abrigo é disso revelador, já que a boa visualização dos painéis principais implica que o observador se encontre em posição horizontal, por exemplo, deitado sobre uma plataforma em madeira colocada no interior do abrigo e que facilmente se acomoda aos rebordos da rocha isentos de decoração como, aliás, nos foi necessário fazer para proceder ao decalque das gravuras. Visto que o registo gráfico pressupõe uma recriação do acto primevo do gravador, supõe-se que a elaboração desta composição poderia ter sido efectuada com recurso a uma estrutura do mesmo tipo, o que proporcionaria a estabilidade necessária para a execução das gravuras. Isto leva-nos a colocar uma questão: seria esta uma arte destinada essencialmente aos vivos ou aos mortos? Por outro lado, estariam ali figurados os vivos ou os mortos? Observando atentamente a morfologia das representações, em particular as

extremidades em leque, em que são representados os dedos e não propriamente as mãos, não podemos deixar de lançar a hipótese de que se pretendeu representar um corpo isento de matéria muscular mas apenas a sua moldura óssea.

Precisamente no Bronze Final, pelo registo arqueológico de todo o Ocidente europeu parece que se recuperaram antigos hábitos de tempos megalíticos, como a reutilização (funerária?) destes monumentos e a circulação de ossos humanos entre os vivos (e.g. Bradley, 1996). Deste "movimento", não seria discordante o uso funerário de certas covas-santuários, como os casos mais evidentes, restringindo-nos ao Sul do país, das grutas de Ibn-Amar ou Ladroeira Grande (Gomes e Calado, 2007).

Não é improvável que a Rocha da Hera tivesse tido um uso funerário, porventura a de um local de excarnação de cadáveres sobre plataformas em materiais perecíveis, sendo estas aplicadas sobre as reentrâncias, possivelmente artificiais<sup>16</sup>, estrategicamente existentes na cota de largura máxima do abrigo (Fig. 15). O próprio sítio presta-se a esse efeito: um micro-ambiente semicerrado, escurecido pela cor negra dos xistos e pela penumbra, com uma constância de humidade elevada e temperatura baixa, um ambiente simultaneamente imperturbável e lúgubre que induz, subliminarmente, a ideia de morte e onde a fase horrenda de putrefacção dos mortos seria oculta (Vilhena, 2006: 106, 123).

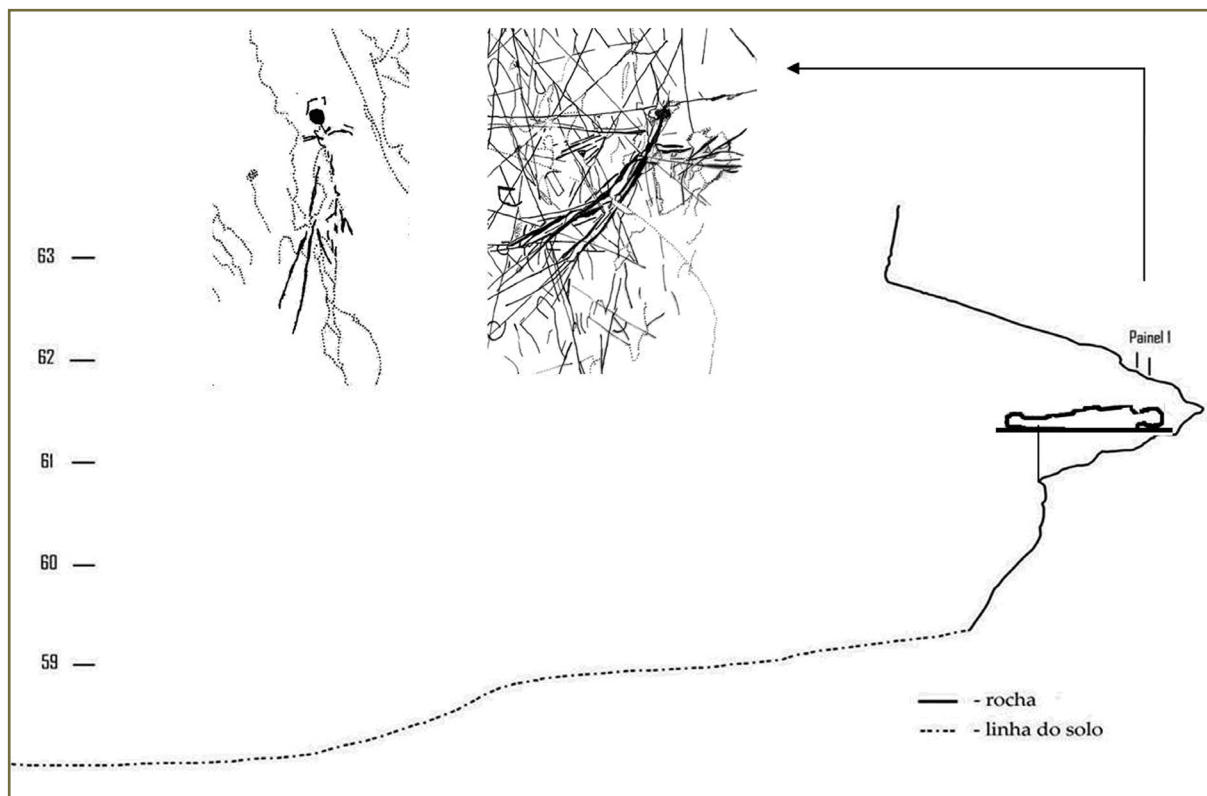


Fig. 15 - Simulação de uma eventual estrutura colocada no interior do espaço concoidal da Rocha da Hera, demonstrando o posicionamento ideal do 'observador' face às superfícies que ostentam as figuras antropomórficas.

16 - Observação confirmada pelo geólogo Miguel Gonçalves, a quem muito agradecemos.

Completada a decomposição dos cadáveres, é igualmente possível que as ossadas fossem depositadas em receptáculos mais definitivos e socialmente mais visíveis, como as vizinhas necrópoles do Monte das Mesas e Cemitério do Mouros, algo também sugerido pelas reduzidas dimensões das cistas, assinaladas à distância por *tumuli* providos de quartzos brancos luminescentes (Weiss-Krejci 2005; Vilhena 2006: 123), monumentos com os quais se procurou, talvez precisamente devido a esse mesmo ensejo de visibilidade, subir à maior altura.

Escapa-nos, objectivamente, o significado simbólico da sobreposição de uma membrana cultural na forma de uma expressão gráfica de carácter abstracto e figurativo sobre este corpo pétreo. Coincidência ou não, perspectiva-se, na região, esta formação natural peculiar de forma muito especial, guardada na memória popular, sem que, no entanto, haja conhecimento da existência das gravuras rupestres no seu interior. A Rocha da Hera é «a porta dos Mouros», o acesso à sua casa, ao universo onde residem esses seres «encantados», personificação atemporal de narrativas tópicas que sempre terão estado presentes no imaginário de todas as comunidades rurais instaladas na zona.

## Bibliografia

- ABÉLANET, J. (1976) – L'art schematic linéaire, *Vallé des Marveilles*, Livre guide de l'excursion C1 du IX Congrès de l'U.I.S.P.P., Nice, p. 137-162
- ABÉLANET, J. (1986) – *Signes sans paroles. Cent siècles d'art rupestre en Europe occidentale*. Paris: Hachette
- ALMAGRO BASH, M. 1966 - *Las estelas decoradas del suroeste peninsular*, Madrid: *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, VIII
- ALVES, L. B. (2001a) – *Levantamento do sítio com arte rupestre de Aqualta 7 (Mourão, Évora)*. Relatório Técnico-científico, policopiado.
- ALVES, L. B. (2001b) – Rock art and enchanted moors: the significance of rock carvings in the folklore of North-west Iberia. In WALLIS, R. J.; LYMER, K., eds. – *A Permeability of Boundaries? New Approaches to the Archaeology of Art, Religion and Folklore*. Oxford (B. A. R. International Series S936), p. 71-78.
- ALVES, L. B. (no prelo) – Signs on a rock veil: work on rocks, 'prehistoric art' and identity in north-west Iberia. In COONEY, G.; O'CONNOR, B.; CHAPMAN, J., eds. – *Materialitas: Working Stone, Carving Identity*. Prehistoric Society Research Papers
- AUBET SEMMLER, M.; SERNA, M.R.; ESCACENA, J.L.; RUIZ DELGADO, M. (1983) – *La Mesa de Setefilla. Lora del Rio (Sevilla)*. Campaña de 1979. Madrid: Ministério de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España).
- AUGÉ, M. (1998) – *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand.
- BENDER, B. (1993) – Introduction: landscape, meaning and action. In BENDER, B., ed. – *Landscapes, Politics and Perspectives*. Oxford: Berg, p. 1-17.
- BOLLINGER, M.; ERBEN, M.; GRAU, J.; HEUBL, G. (1994) – *Arbustos (Guias de Natureza Blume)*. Barcelona: Blume.
- BRADLEY, R. (1996) – Rethinking the Later Bronze Age. In BEDWIN, O., ed. – *The Archaeology of Essex: Proceedings of the 1993 Writtle Conference*. Chelmsford: [s.n.], p. 38-45.
- BRADLEY, R. (2003) – The translation of time. In VAN DYKE, R.; ALCOCK, S., eds. – *Archaeologies of Memory*. Malden/ Oxford/Melbourne/Berlin: Blackwell, p. 221-227.
- BRÜCK, J. (1995) – A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Oxford. 61, p. 245-277.
- BRITO, J. P. de (1992) – Tesouros: o Passado, o Presente e o risco da desordem. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 32: 1-4, p. 47-70.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra
- COLLADO GIRALDO, H. (2006) – *Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana: el conjunto de grabados del Molino Manzániz (Alconchel – Cheles)*. Beja (Memória d'Odiana – Estudos Arqueológicos de Alqueva; 4).
- FEIO, M (1983 [1949]) – *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora: Universidade de Évora / INIC.
- FERREIRA, M. F (2002) – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Lisboa: Afrontamento.
- FOCAULT, M. (2006) – *É preciso defender a sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- GAMITO, T. J. (2004) – A Necrópole de Corte Cabreira: contributo das escavações de 1995. In BICHO, N. F.; CARVALHO, A. F., eds. – *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Faro, 7 e 8 de Novembro de 1996)*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), p. 25-32.
- GARCÍA SANJUAN, L. (1994) – Registro funerário y relaciones sociales en el SO. (1500-1100 a.n.e): indicadores estadísticos preliminares. In CAMPOS, J.; PÉREZ, J. A.; GÓMEZ, F., eds. – *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste (Huelva, Março 1993). Huelva: Diputacion de Huelva, p. 209-238
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2004) – La necrópolis de la Edad del Bronce de La Traviessa (Almadén de la Plata, Sevilla). Nuevas evidencias funerarias para el análisis de los procesos de jerarquización social en la prehistoria del Suroeste de la Península Ibérica. In BICHO, N. F.; CARVALHO, A. F., eds. – *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Faro, 7 e 8 de Novembro de 1996)*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), p. 51-72.
- GARCÍA SANJUAN, L.; HURTADO PÉREZ, V. (2004) – Análisis Espacial de la Dinámica de Poblamiento en la Sierra de Huelva durante la Prehistoria Reciente (c. 2500-750 a.n.e.). In BICHO, N. F.; CARVALHO, A. F., eds. – *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Faro, 7 e 8 de Novembro de 1996)*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), p. 33-49.
- GILLINGS, M.; WHEATLEY, D. (2001) – Seeing is not believing: unresolved issues in archaeological visibility analysis. In SLAPŠAK, B., ed. – *On the good use of geographical information systems in archaeological landscape studies*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, p. 25-36.
- GOMES, M. V. (1995) – A Idade do Bronze no Algarve. In SILVA, I., coord. – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*.



Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 140-143.

GOMES, M. V.; CALADO, D. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta de Ladroeira Grande (Moncarapacho) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 10 (1), p. 141-158

GÓMEZ-BARRERA, J. A. (1999) – *La Cueva de Las Salinas de San Esteban de Gormaz: documentación y estudio de sus grabados rupestres*. San Esteban de Gormaz: Ayuntamiento de San Esteban de Gormaz.

HUNT ORTIZ, M. (2003) – *Prehistoric Mining and Metallurgy in South West Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1188).

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2003) – Estructuras tumulares en el suroeste ibérico. Entorno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. *Boletín*, 42 – 2002-2003: Homenaje a la Dra. Dña Encarnación Rubio [Asociación Española de Amigos de Arqueología]. Madrid. p. 81-118.

JORGE, S. O. (1995) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras. Porto. II série*, 11, p. 547-546.

JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva.

LE GOFF, J. (2000 [1977]) – *História e Memória*, vol. 2 (Memória). Lisboa: Edições 70.

MANUEL-VALDÉS, V. (1995) – Cistas de la Edad del Bronce: el análisis de fosfatos como evidencia de la inhumación. *Complutum*. Madrid. 6, p. 329-352.

MORÁN, E.; PARREIRA, R. (2004) – Discussão dos resultados da intervenção arqueológica. In MORÁN, E.; PARREIRA, R., coord. – *Alcalar 7. Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (Cadernos; 7), p. 313-326.

NOGUEIRA, C. (2005) – Para uma teoria da adivinha tradicional portuguesa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 45: 3-4, p. 145-157.

OLIVEIRA, C. (2000) – *Lugar e memória: testemunhos megalíticos e leituras do passado*. Lisboa: Colibri

PAÇO, A.; RIBEIRO, F. N.; FRANCO, G. L. (1965) – *Inscrição ibérica da Corte do Freixo*. *Zephyrus*. Salamanca. 16, p. 99-107.

PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelo de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4:1, p. 150-168.

PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In SILVA, I., coord. – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 131-134.

PARREIRA, R. (1998) – As arquitecturas como factor da construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 10), p. 267-273.

PARREIRA, R.; BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2.º e 1.º milénio a.n.e. In *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga* (Silves, 24 e 25 de Novembro de 2006). Silves: Câmara Municipal de Silves (Xelb; 7), p. 89-102.

PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1998) – *El tránsito del II al I milenio a.C. en las cuencas medias de los ríos Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura

PAVÓN SOLDEVILLA (2004) – El Bronce del Sudoeste y la Periferia Extremeña: un Analisis Preliminar. In CARVALHO, A. F., eds. – *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Faro, 7 e 8 de Novembro de 1996). Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), p. 73-80.

PIMENTEL, N. (1994) – As formas de relevo e a sua origem. In BRITO, R. S., dir. – *Portugal: Perfil geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 29-50.

ROJO, M. A.; KUNST, M., eds. (2002) – *Sobre el significado del fuego en los rituales funerários del Neolítico*. Valladolid: Universidad (Studia Archaeologica; 91).

SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 22, p. 7-136.

SCHUBART, H. (1971a) – Acerca de la cerámica del Bronce tardío en el Sur y Oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 28, p. 153-182.

SCHUBART, H. (1971b) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico Final do Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3-4), p. 189-215.

SCHUBART, H. (1974) – La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular. Distribución y definición. *Miscelánea arqueológica - XXV Aniversario de los Cursos Internacionales de Prehistoria y Arqueología en Ampurias (1947-1971)*. Tomo II, p. 345-370.

SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im SW der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen; 9).

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2002) – Aspectos e problemas da investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. In ARNAUD, J. M., coord. – *Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Arqueologia & História; 54), p. 103-124.

SERNEELS, V. (2004) – Le fer et ses minerais. In MANGIN, M. dir. – *Le fer*. Paris: Editions Errance

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines

SOARES, J.; SILVA, C.T. (1998) – From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 10), p. 231-245

VEIGA, S. P. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. *Tempos prehistoricos*. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. *Beira Interior – História e Património*. Guarda.

VILAÇA, R.; CRUZ, D.; GONÇALVES, A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.

VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). Novos contributos. *Al-Madan*. Almada. 2.ª série, 13, p. 48-57

VILHENA, J. (2001) – *Sondagens na Necrópole de Vale Feixe*. Re-

*latório Preliminar [Anexo 3 de Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 2000 (ano 3) do projecto de investigação Proto-história do Médio e Baixo Vale do Mira – a Arqueologia do Rio (concelho de Odemira)]. Documento policopiado.*

VILHENA, J. (2006) – O sentido da permanência: as envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º milénios a.C. [Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].

VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed.- SIDEREUM ANA I – *El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida: CSIC/Instituto de Arqueologia de Mérida [Anejos de Archivo Español de Arqueología; XLVI], p. 373-397.

VILHENA, J.; ALVES, L. B. (2001) – Rocha da Hera. Relatório Preliminar [Anexo 5 de Relatório dos Trabalhos de 2000 (ano 3) do projecto de investigação Proto-história do Médio e Baixo Vale do Mira – a Arqueologia do Rio (concelho de Odemira)]. Documento policopiado.

WEISS-KREJCI, E. (2005) – Formation processes of deposits with burned human remains in Neolithic and Chalcolithic Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, p. 37-73.

WHITLEY, D. (1998) – Finding rain in the desert : landscape, gender and far western North American rock-art. In CHIPPINDALE, C.; TAÇON, P. S. C., eds. – *The Archaeology of Rock-Art*. Cambridge: Cambridge University Press, p.11-29.